

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMILA FEIX VIDAL

**A PRESENÇA DO CONSERVADORISMO NO PARTIDO REPUBLICANO
NORTE-AMERICANO**

Porto Alegre

2013

CAMILA FEIX VIDAL

**A PRESENÇA DO CONSERVADORISMO NO PARTIDO REPUBLICANO
NORTE-AMERICANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves

Porto Alegre

2013

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A UFRGS e aos seus docentes que possibilitaram minha formação acadêmica e pela qual serei sempre grata.

Ao prof. Hélio Alves pela orientação, incentivo e diversas contribuições a essa pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado pela amizade, apoio e sugestões durante a composição desse trabalho.

As minhas amigas de longa data, em especial a Mônica e a Betina, pela compreensão e carinho sempre dispensados e por não desistirem de mim nas inúmeras vezes que eu me ausentei por causa do estudo.

E, finalmente, a minha família. Agradeço ao Getulio - meu tio, padrinho e amigo - pelo apoio nas horas difíceis; a minha irmã por constantemente me animar e me deixar mais leve; aos meus pais pelo amor e apoio incondicionais – vocês são um orgulho para mim e um exemplo de vida para todos; e, por fim, agradeço ao meu namorado, Rodrigo, por me ajudar em cada etapa desse trabalho, me dando apoio, incentivo e contribuições sem igual; e, em especial, por me propiciar um conto de fadas, diariamente.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo da relação entre o pensamento conservador e o Partido Republicano norte-americano com base na análise das plataformas nacionais de 1980 e 2012. Com base na construção de categorias referentes à política econômica, política externa e questões sociais, se busca verificar a presença de princípios conservadores nessas plataformas. A hipótese que orienta a pesquisa é que o Partido Republicano, em 2012, é mais conservador que em 1980. Em um primeiro momento, são apresentadas as raízes do conservadorismo norte-americano. A partir disso, são construídas as categorias de referência e, posteriormente, é realizada a análise das plataformas nacionais. A principal evidência é que o conservadorismo norte-americano está presente de modo desigual nas plataformas Republicanas com relação às categorias de análise.

ABSTRACT

The article, here presented, intends to study the relationship between the conservative thought and the north-American Republican Party based on the analysis of the 1980 and the 2012 national platforms. Based on the construction of categories relative to economy, foreign affairs and social policies, the study intends to verify the presence of conservative principles on these platforms. The hypothesis that guides this work is that the Republican Party, in 2012, is more conservative than in 1980. Firstly, the roots of the north-American conservative movement are presented. Afterwards, the categories mentioned are built and, lastly, the analysis on the national platforms is made. The main evidence is that the north-American conservative thought, with regards to the categories mentioned, is presented in different ways on the Republican platforms.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A CONSTRUÇÃO DO CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO	11
3 CATEGORIAS DE ANÁLISE	19
3.1 Política Econômica: Percepção conservadora a respeito do tamanho do governo, de impostos e de políticas de welfare.....	19
3.2 Política Externa: Percepção conservadora sobre o inimigo externo, Israel e multilateralismo e imperialismo.....	25
3.3 Questões sociais: Percepção conservadora sobre imigração, aborto e família.....	32
4 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS NACIONAIS REPUBLICANAS	36
4.1 Política econômica.....	36
4.2 Política Externa	40
4.3 Questões Sociais	44
4.4 Análise das plataformas em perspectiva comparada	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS	52

“The central story of American politics since World War II is the emergence of the conservative movement”
(STORY *apud* ROBIN, 2011, p.97).

1 INTRODUÇÃO

Verifica-se, recentemente, uma “onda conservadora” em diversas regiões, caracterizada pelo crescimento eleitoral da direita, por vezes alcançando o controle do governo, tal como em países como Áustria, Canadá, França, Itália, Israel, entre outros. Além disso, nota-se o renascimento político desse ideário e de ganhos relativos em países como Estados Unidos, Inglaterra e Suécia (NORRIS, 2005). De acordo com Pippa Norris (2005), “During recent decades, radical right parties have been surging in popularity in many nations, gaining legislative seats, enjoying the legitimacy endowed by ministerial office, and entering the corridors of government power”. A ascensão de líderes como Le Pen (França), Jorg Haider (Áustria) e Pim Fortuyn (Holanda) e o retorno do conservadorismo em países com diferentes tradições políticas, sinalizam para a necessidade de estudos a respeito desse fenômeno recente. No caso dos Estados Unidos, essa “direita radical” é refletida por conta de um suposto crescimento de um conservadorismo extremado no interior do Partido Republicano.

Segundo Reba Soffer, Reagan, em 1980, teria transformado o Partido Republicano em um “first genuinely conservative party” (SOFFER, 2009, p. 296). No entanto, eventos recentes, culminando na plataforma do Partido Republicano de 2012, fizeram com que a caracterização da plataforma de Reagan como sendo a mais conservadora da história, fosse questionada. Especialistas vinham atentando para uma tendência que se projetava como uma “radicalização” conservadora do Partido Republicano a partir do governo Clinton, responsável por um deslocamento para a extrema direita (far-right)¹. Esse conservadorismo mais acentuado ganhou diversos nomes e caracterizações nos trabalhos desses autores: “new absolutism”, segundo Robert Nisbet (2003); “new conservatism”, para Michael Thompson (2007); “new right”, de acordo com Amy Ansell (2001) e Michael Cooper (2012);

¹ Entende-se que o conceito de “extrema direita” seja ambíguo e, por vezes, controverso podendo remeter a políticas fascistas e totalitárias; no entanto, o trabalho apresentado não pretende atribuir a essa expressão outro significado que não o de “far-right”, ou seja: uma posição mais extremada dentro do espectro político caracterizado por esquerda x direita, no caso norte-americano, típico de políticas ultraconservadoras.

“compassionate conservative” para Gillian Peele (2011); “conservatism fundamentalist” para Andrew Sullivan (2006); e “radical right” para Paul Pierson e Jacob Hacker (2005).

Ainda que receba diferentes nomenclaturas, esse “novo conservadorismo”, representado pelo Partido Republicano e cujo ápice é verificado na sua plataforma nacional de 2012, reflete uma concordância: o Partido Republicano parece estar mantendo uma agenda política ainda mais conservadora do que a de 1980. Esse conservadorismo mais extremado e, na análise dos autores supracitados, responsável pela “guinada à direita” do Partido Republicano, caracteriza-se por políticas ultraconservadoras, tais como aquelas presentes na plataforma republicana de 2012: rejeição sistemática ao aborto; ênfase na família como uma instituição constituída exclusivamente por um homem e uma mulher; apoio irrestrito a Israel; defesa enfática e unilateral dos valores norte-americanos no mundo; rejeição ao “welfare state” através da diminuição sistemática do papel e do tamanho do governo na economia norte-americana; entre outras. Essas constatações, no entanto, não estudam o problema principal: O que é ser “conservador”?

Existem diferentes abordagens conservadoras e ramificações dentro do conservadorismo². As políticas desempenhadas por G. W. Bush no Oriente Médio, por exemplo, são consideradas reflexo da facção neoconservadora, mas são rejeitadas por conservadores clássicos. Robert Nisbet, por exemplo, caracteriza os neoconservadores como anti-conservadores e define o governo Bush como um pseudoconservador³. Assim, para estudar uma possível radicalização conservadora dentro do Partido Republicano, é necessário, primeiramente, definir o que é o conservadorismo. Optou-se, portanto, pelos conservadores “clássicos” norte-americanos e que tiveram papel fundamental na imposição de uma agenda conservadora dentro do Partido Republicano. Definido o conservadorismo, outras perguntas permanecem: como avaliar a presença do conservadorismo no partido e em que áreas essa variação seria perceptível? Cria-se, portanto, categorias para análise dentro das áreas de política externa, questões sociais e política econômica; e utiliza-se as plataformas nacionais republicanas para verificar a presença dos princípios conservadores nessas áreas.

O presente trabalho, portanto, dedica-se a analisar a presença do conservadorismo no Partido Republicano norte-americano. Centrando-se no exame das Plataformas Nacionais Republicanas de 1980 e 2012 e enfatizando-se questões relativas à economia, política externa

² Dentre as facções mais importantes do conservadorismo, destacam-se: os libertários, a direita Cristã e os neoconservadores.

³ Segundo Nisbet (2003, p.64), “What is most likely to be labeled “conservative” by the media – and with considerable basis in reality – is militarism on the one hand and Christian Far Right evangelicism on the other, which is far more interested today in extending the power of the state into the intimate recesses of life through legislation and constitutional amendment than in a free religion in a free political society”.

e questões sociais (social policies)⁴, o estudo toma como hipótese que o Partido Republicano, em 2012, é mais conservador do que em 1980.

As mudanças pelas quais o Partido Republicano passa são perceptíveis através de uma análise das suas plataformas nacionais. Segundo Sandy Maisel, “they are the most important document that a political party produces” (MAISEL, 1993). Efetivamente, as plataformas aparentam ser o melhor retrato do ideário prevalente e das políticas a serem implementadas pelo partido. De acordo com Mickey Edwards:

“Party platforms serve only a very limited purpose: other than a relatively small number of committed ideologues and partisan activists, very few voters actually have any idea what is in a political party’s national platform (...). But the platforms do reflect the positions of the party activists who dominate the conventions. Here, in the platform, is what they believe the party and they themselves are all about” (EDWARDS, 2008, p.47).

Assim, o artigo está dividido em três partes. Primeiramente, se fará um estudo através de revisão bibliográfica sobre as raízes do conservadorismo norte-americano, bem como a vinculação desse com o Partido Republicano; em seguida serão apresentados os três temas recorrentes nas obras dos conservadores utilizados, tais como: questões sociais (família, aborto e imigração), política externa (Israel; multilateralismo e inimigo externo) e economia (tamanho do governo, impostos e welfare)⁵; e, em um último momento, será feita a análise comparativa entre as plataformas presidenciais republicanas de 1980 e 2012 com base nas categorias supracitadas, verificando, assim, a presença de princípios típicos conservadores. Por fim, a escolha pelo período delimitado é resultado de dois fatores: 1) A plataforma de Romney, de 2012, faz menção, inúmeras vezes, a plataforma de Reagan, de 1980, no sentido de dar prosseguimento a sua política⁶; e 2) Até 2012, a plataforma defendida na candidatura de Reagan era reconhecida como a mais “conservadora” do Partido Republicano e orgulho de facções da extrema direita como os Neocons, Direita Religiosa e militantes “hawks”⁷.

⁴ O termo “social policies”, refere-se, na língua inglesa, a questões morais e sociais exclusivamente, tais como políticas relacionadas a aborto, casamento, homossexualismo, etc. Assim, não tem correspondência com o termo “políticas sociais” tais como aquelas que se referem a existência de uma “rede de proteção social”, como no caso do Brasil.

⁵ Ainda que a escolha dessas categorias seja arbitrária, ela é lógica. A partir da leitura de Plataformas Nacionais, se nota a recorrência dessas categorias ainda que a ênfase dada a cada uma delas seja diferente entre a Plataforma de 1980 e a de 2012.

⁶ A Plataforma de 2012 faz menção a Reagan, literalmente, em diversos momentos e retoma princípios presentes na Plataforma desse como por exemplo, a noção de “peace through strength”.

⁷ “Hawks” (falcões) diz respeito a indivíduos que mantêm uma atitude agressiva durante uma discussão. “Hawkish militarism” diz respeito, especificamente, a uma orientação política que favorece ativo engajamento militar na política externa.

2 A CONSTRUÇÃO DO CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO

O movimento conservador norte-americano é relativamente recente. Ainda que o ideal conservador venha a ser antigo (podendo-se caracterizar a própria Revolução Americana, segundo os conservadores, como um movimento conservador na medida em que buscava manter os padrões políticos, econômicos e sociais antigos), o conservadorismo como movimento intelectual, bem estruturado e relativamente homogêneo, deu-se na década de 1950 nos estudos de intelectuais norte-americanos. Esses intelectuais favoreceriam, assim, a emergência de posições conservadoras dentro do Partido Republicano, perceptível em 1964 na candidatura de Barry Goldwater (conhecido como Mr. Conservative) à presidência dos Estados Unidos⁸ e, em especial, na presidência de Ronald Reagan em 1980, considerado o primeiro governo republicano conservador e “a matured version of Goldwater conservatism” (EDWARDS, 2008, p.36).

Inicialmente, o movimento conservador norte-americano contemporâneo é estruturado através das obras de quatro intelectuais: Richard Weaver, William F. Buckley Jr., Robert Nisbet e Russell Kirk⁹. Em apenas cinco anos (1948-1953), esses autores foram responsáveis por dar forma ao conservadorismo norte-americano, servindo de referencial a importantes lideranças republicanas (NISBET 1993, BRINKLEY 1994, EDWARDS 2003, SOFFER 2009, e DOUTHAT *in* NISBET 2010). Assim, a década de 1950 pode ser caracterizada como “full fledged renaissance of conservatism” (NISBET, 1993, p.1).

Ainda que esses trabalhos não lograssem formular um conservadorismo completamente homogêneo, haja vista que deram ênfase a diferentes aspectos nas suas abordagens, eles foram responsáveis por questionar a sociedade, a política e a economia do período vivenciado. Duas guerras mundiais, armas químicas e nucleares, comunismo, desintegração da família tradicional, New Deal e violência marcavam o período nos Estados Unidos. Valores tradicionais eram abandonados e a ciência tomava o lugar da fé e da “moralidade”. Nesse contexto, o que esses autores buscavam exprimir era um

⁸ A candidatura presidencial de Goldwater pelo Partido Republicano marca a ascendência do conservadorismo na política e na sociedade norte-americana: “Conservatives had not only become the dominant voice of the Republican Party, but a majority of voters, or at least those who identified themselves with a political perspective, called themselves conservatives” (EDWARDS, 2008, p.36).

⁹ O Conservadorismo tem sua origem, efetivamente, na obra do inglês Edmund Burke, “Reflections on the Revolution in France”, datada de 1790. Ainda que sua obra tenha influenciado os intelectuais conservadores da geração de 1950 nos Estados Unidos, em especial Russel Kirk, esse trabalho trata exclusivamente do conservadorismo norte-americano, entendido como aquele formulado a partir dos trabalhos de Weaver, Kirk, Buckley Jr. e Nisbet.

descontentamento geral com a situação vivenciada, seja ela política, social ou econômica; seja ela no plano global, nacional ou familiar. Para esses autores, a modernidade e a ciência não pareciam ter efeitos benéficos para a sociedade; em última análise, o progresso e a ciência foram responsáveis por efeitos perversos, como a bomba nuclear. Daí a necessidade da busca por valores tradicionais norte-americanos, responsáveis por uma sociedade “moral” e, conseqüentemente, melhor do que a sociedade do pós-guerra, da ciência e do New Deal. O que de fato unia esses autores, portanto, era, no plano político, a aversão ao comunismo; no plano econômico, a aversão ao Keynesianismo e as políticas liberais de welfare;¹⁰ e no plano social, a busca pela retomada da religião e de valores tradicionais norte-americanos. Em síntese, essas seriam as características fundamentais do conservadorismo norte-americano presente na década de 1950, chamado, nesse artigo, de conservadorismo clássico.

O primeiro trabalho moderno a promover o ideal conservador nos Estados Unidos foi o de Richard Weaver em 1948, *Ideas have consequences*. Nessa obra, o autor estuda as causas e os efeitos da decadência das crenças nos princípios e valores da sociedade norte-americana que culminaram na “dissolução do Ocidente” (WEAVER, 2008). Nele, Weaver atenta para a importância da crença como condutora de decisões sábias e do papel da racionalidade científica como método de dominação. Dessa maneira, os problemas enfrentados pela sociedade naquele momento eram resultado de decisões tomadas sem o uso da inteligência e da crença, caracterizados por uma racionalidade científica. A dissolução do Ocidente significaria um abismo moral e religioso, suplantado pelo racionalismo e ciência. A alternativa seria maior ênfase na moralidade em contraste com a cientificidade: “tenho a ousadia de propor, se não uma solução integral, ao menos parte de uma solução, a convicção de que as análises científicas não valem nada quando vão acompanhadas de impotência moral¹¹” (Ibidem, l. 29¹²).

Na tentativa de conter a dissolução do Ocidente, Weaver aponta o primeiro passo a ser tomado: distinguir o “bom” do “ruim”. Os valores tradicionais da humanidade (ocidental) teriam desaparecido, sendo suplantados pelos princípios emanados da ciência. A ciência, atribuindo a existência à soma de toda natureza física, definiria o homem como naturalmente

¹⁰ A caracterização de “liberal” refere-se, no contexto norte-americano, a práticas de políticas de “welfare”, tal como tradicionalmente defendida pelo Partido Democrata, baseadas no papel chave do Estado na formulação, implementação e defesa de políticas de bem estar social. No pós guerra, a noção de welfare e de “welfare state” está relacionada com políticas econômicas Keynesianas.

¹¹ Tradução da autora.

¹² As citações das obras utilizadas via Kindle que não são paginadas, são feitas com a indicação da localização (l).

bom, sendo seus defeitos derivados da ignorância ou do ambiente. Assim, o “evil¹³” não teria espaço, nem significado, na caracterização da humanidade; a religião perde sentido; e a preocupação moral por uma vida além da material é suplantada pela preocupação com o saber científico. Dessa maneira, Weaver atenta para a necessidade de: 1) reverter a decadência do ocidente; e 2) restaurar a inteligência humana, capaz de distinguir entre o “bom” e o “ruim” (good versus evil).

A “cultura da ciência” seria responsável por um desejo de imediação, preocupada com o agora, o visível, e o mais próximo. Os relacionamentos, nesse sentido, seriam caracterizados por uma busca de vantagens no presente. Laços familiares e comunitários poderiam, portanto, vir a perder espaço em um mundo onde o que vale não é a tradição, a moral, ou os meios para se chegar a determinado fim; mas o presente, o material e os fins. O homem racional estaria preocupado com os seus direitos, mas não com as suas obrigações; com as partes, mas não com todo; e com o material imediato, mas não com o espiritual de longo prazo. Em suma, o homem racional seria um egoísta materialista. Weaver defende, ainda, uma ordem social hierárquica, cuja distinção seria baseada no conhecimento e na virtude. Sendo os homens naturalmente diferentes entre si, caberia uma diferença social também. A justiça, assim, seria que cada um recebesse o que efetivamente merece de acordo com o seu conhecimento e virtude. A igualdade entre homens seria responsável por um caos social na mesma medida em que a igualdade entre pai e filho resultaria em fracasso familiar. Da mesma maneira, a distribuição de recursos pelo governo para homens que não o mereceriam (não possuem a virtude ou o conhecimento necessário para maior elevação social), os transformaria em homens “mimados”, sem habilidade para pensar ou viver por si próprio (Ibidem, l. 204). A igualdade é preferível, no entanto, na “distribuição” de conhecimento e de valores. A fragmentação do conhecimento e a decadência dos valores tradicionais seriam responsáveis por uma sociedade caótica. Assim, Weaver advoga para que todos “bebam da mesma fonte”: a religião.

O segundo trabalho pertencente a “onda conservadora” da década de 1950 e fundamental para o desenvolvimento do conservadorismo norte-americano foi o de William F. Buckley Jr.: *God and Man at Yale* (1951). Sem ele, “one could fairly say, the conservative movement would not exist today” (BRAMWELL in BUCKLEY JR, 2001, l. 47). Por meio de uma análise das estruturas sociais, políticas e econômicas em Yale que, naquele período,

¹³ Optou-se por manter a expressão “evil” na sua forma original já que qualquer tradução para o português não seria suficientemente representativa.

visavam uma maior abertura e liberdade acadêmica¹⁴, Buckley Jr., então estudante de Yale, argumenta que: 1) Yale estava enfraquecendo, propositalmente, a fé Cristã dos seus alunos; 2) Yale estava promovendo coletivização econômica - Keynesianismo; e 3) Antigos alunos da Yale deveriam reverter essa tendência na universidade negando ajuda financeira até que Yale restringisse a liberdade acadêmica para que a religião (Cristã) e a liberdade política e econômica pudessem sempre prevalecer (BUCKLEY JR., 2001).

A crítica de Buckley Jr., no entanto, não se restringia a Yale, mas à sociedade em geral. A “abertura” da universidade era reflexo da “abertura” da sociedade, cada vez mais secular e igualitária. A sociedade “aberta” estaria plantando as sementes para o totalitarismo, já que esse aconteceria a partir de uma rejeição a Deus e, por conseguinte, uma rejeição a qualquer autoridade nas instituições humanas, tais como família, igreja e mercado. Assim, para uma sociedade ser “livre”, efetivamente, ela requereria tradição Cristã no âmbito social e hierarquias no âmbito econômico. Associando religião, política e economia, Buckley Jr. argumenta que: “the duel between Christianity and atheism is the most important in the world. I further believe that the struggle between individualism¹⁵ and collectivism is the same struggle reproduced on another level” (BUCKLEY JR., 2001, l. 786).

A tentativa de Buckley Jr. em reverter o secularismo, o Keynesianismo (na obra, associado com o coletivismo) e a liberdade acadêmica de Yale; faz parte de uma tentativa maior: a da transformação da sociedade. Em um momento de desintegração social, fraqueza política e caos econômico, se torna essencial, para o autor, o retorno a uma sociedade Cristã, a uma economia de livre mercado e a uma política onde os preceitos religiosos tenham espaço. Infere-se, portanto, a noção de hierarquização social e de justiça econômica conforme méritos pessoais, como condicionantes dessa sociedade proposta pelo autor, indo ao encontro das mesmas prerrogativas argumentadas por Weaver, três anos antes.

A ênfase na religião, no livre mercado e na tradição como preceitos para uma sociedade melhor também são encontrados na obra de Russell Kirk -*The Conservative Mind* (1953). A importância desse trabalho é mister para o conservadorismo norte-americano. Até esse momento as noções de conservadorismo, ainda que visíveis nos trabalhos supracitados, se encontravam fragmentadas. Pela primeira vez o conceito de conservadorismo é exposto e

¹⁴ A “abertura acadêmica” significa a liberdade que um professor recebia para ensinar “what he sees fit as he sees fit” desde que provasse honestidade e competência profissional (BUCKLEY JR., l. 751).

¹⁵ No prefácio da edição de 2001, Buckley Jr. explica que, na época em que foi escrita a obra, “individualismo” se referia tão somente ao âmbito econômico, significando o contrário de “coletivismo”. Se reescrita, o autor trocaria “individualismo” por um sentido mais amplo como “conservadorismo”.

estudado em grande profundidade através de uma análise histórica e bibliográfica (dando ênfase ao trabalho de Edmund Burke):

“Conservatism is not a fixed and immutable body of dogma, and conservatives inherit from Burke a talent for re-expressing their convictions to fit the time. As a working premise, nevertheless, one can observe here that the essence of social conservatism is preservation of the ancient moral traditions of humanity” (KIRK, 1953, p. 7).

Em uma tentativa de elencar princípios conservadores comuns, Kirk formula os seis pilares do pensamento conservador:

- 1) Belief that a divine intent rules society as well as conscience, forging an eternal chain of right and duty (...). Political problems, at bottom, are religious and moral problems;
- 2) Affection for the proliferating variety and mystery of traditional life;
- 3) Conviction that civilized society requires orders and classes. The only true equality is moral equality;
- 4) Persuasion that property and freedom are inseparably connected. Separate property from private possession, and liberty is erased;
- 5) Faith in prescription and distrust of “sophisters and calculators”. Tradition and sound prejudice provide checks upon man’s anarchic impulse;
- 6) Recognition that change and reform are not identical, and that innovation is a devouring conflagration more often than it is a torch of progress. Society must alter, for slow changes is the means of its conservation; but Providence is the proper instrument for change, and the test of a statesman is his cognizance of the real tendency of Providential social forces. (Ibidem, p.7-8).

A humanidade, de acordo com Kirk, estaria indo contra os princípios conservadores na medida em que busca a igualdade econômica; promove o nivelamento político baseado na proibição de ordem e de privilégios; demonstra desprezo pela tradição e rejeição a religião formal; e mantém uma visão do homem como um ser perfeito, sendo o “evil” um fator externo.

Não só o homem não é perfeito, ele padece de impulsos que se traduzem na busca por poder; como também essa imperfeição e a ordem social que dela resulta é natural devendo, assim, ser mantida. A religião, nesse sentido, tem o poder de consolar os que padecem da imperfeição ao mesmo tempo em que limita os impulsos negativos da humanidade: “Religious faith makes existence tolerable; ambition without pious restraint must end in failure, often involving in its ruin that beautiful reverence which solaces common men for the obscurity and poverty of their lot” (Ibidem, p.31).

O interesse de Kirk está no reestabelecimento de uma ordem moral, derivada de leis morais imortais; dessa maneira, quanto maior a moralidade feliz, maior a felicidade humana.

O contrário também é válido: Quanto maior a moralidade má, maior o sofrimento¹⁶ (Ibidem, p.32). A religião, portanto, serviria como base para a imposição da moralidade feliz e como freio para a moralidade má. Além da religião, a moralidade e a tradição restringiriam os impulsos e os apetites “voracious and sanguinary” dos homens, haja vista que a razão, por si própria, nunca consegue impor certas obrigações morais (Ibidem, p.39). Nesse sentido, Kirk ainda aponta para a prudência como uma virtude essencial. Faz-se necessário olhar o todo, e não as partes, e agir com cautela, já que a humanidade possui um aspecto “evil” intrínseco.

Uma importante contribuição de Kirk é a sua crítica ao Keynesianismo, e ao coletivismo em geral, relacionando-a e legitimando-a na religião. Segundo Kirk, “Equal justice is indeed a natural right; but equal dividend is no right at all. The laws of nature, ordained by Divine wisdom, make no provision for sharing goods without regard for individual energies or merits” (Ibidem, p.48). Na natureza, os homens são desiguais em todos os aspectos (corpo, energia, capacidades, etc.), o autor infere, portanto, que a hierarquização e as desigualdades econômica e social são fatores naturais que ordenam a sociedade. A obra de Kirk, ao debruçar-se sobre o conservadorismo propriamente dito, é essencial para que esse tomasse forma como movimento relativamente homogêneo e, como consequência, se difundisse nas universidades, na sociedade e na política.

Se a obra de Kirk foi importante para a conceituação e consolidação do Conservadorismo nos Estados Unidos, o trabalho de Robert Nisbet foi essencial para levar esse movimento na política norte-americana, em especial, no Partido Republicano. *Quest for Community* (1953) foi a primeira obra importante de Nisbet, que mais tarde passaria a escrever artigos, livros e estudos sobre o Conservadorismo e que influenciariam o governo de Reagan, G.H.W.Bush e G.W.Bush¹⁷ (DOUTHAT in NISBET, 2010, l. 157). Assim como Weaver, Buckley Jr. e Kirk, Nisbet também buscava explicar como a sociedade moderna, com seu apelo científico e racional, foi capaz de experimentar as tragédias de duas guerras mundiais, campos de concentração, bombas atômicas, entre outros “evils”. A resposta, para Nisbet, é a dimensão local, ou seja, a importância da comunidade.

A aparente contradição entre a ideologia pregada pela modernidade, baseada em *laissez-faire* e em liberdades, e a realidade presente no totalitarismo de Mussolini e Hitler, fazia sentido. Para Nisbet, o homem é um ser social. Assim, ele precisa satisfazer sua

¹⁶ Literalmente, o autor usa os conceitos: moral happiness x moral evil.

¹⁷ A ênfase na comunidade local, como proposta de Reagan; o discurso de G.H.W.Bush referindo-se a mil pontos de luz em vez de uma única tocha governamental; e o “compassionate conservatism” de G.W.Bush na qual organizações cívicas e igrejas seriam os responsáveis pelo combate a pobreza; seriam manifestações do trabalho desenvolvido por Nisbet.

necessidade de pertencimento, de aceitação e de participação de alguma maneira. Até o advento da sociedade moderna, o homem satisfazia essa necessidade nas escalas locais de associações: famílias, igrejas, associações comunitárias, entre outros. Com o advento da modernidade, no entanto, essas instituições teriam perdido espaço e, com isso, deixado um vácuo de autoridade. O indivíduo buscaria, no Estado, a autoridade moral que antes pertencia ao espaço local. Assim, o liberalismo seria responsável por trazer, como consequência, o totalitarismo já que, ao tomar para si atividades antes desenvolvidas pelas comunidades e instituições locais, produz indivíduos “emancipados” que não satisfazem suas necessidades sociais em um âmbito federal. Dessa maneira, o totalitarismo tal como presenciado durante a Segunda Guerra Mundial só foi possível por conta da perda, por parte dos indivíduos, das alianças e comunidades com as quais eram acostumados e delas faziam parte. Assim, “the expansion of power feeds on the quest for community” (Ibidem, l. 265)

Para Nisbet, a citação de Proudhon: “Multiply your associations and be free” (Ibidem, l. 369) reflete o projeto central do conservadorismo norte-americano. Nesse sentido, não é a busca por emancipação humana frente ao Estado totalitário, mas a defesa do indivíduo e de seu grupo, seja ele a igreja, a família ou a comunidade. Somente com laços assegurados na comunidade, o indivíduo seria realmente livre de um Estado totalitário. Depreende-se da obra de Nisbet o apelo a tradições que manteriam as associações humanas, como a ênfase no casamento e na participação religiosa como necessárias para se atingir a liberdade plena.

Em menos de cinco anos o conservadorismo norte-americano tomou forma com os trabalhos dos quatro autores supracitados. A partir de uma defesa da tradição e estabilidade; a “onda” intelectual conservadora dos anos 1950 rejeitava a modernidade científica tal como vivenciada e o coletivismo associado às políticas liberais de welfare. No entanto, restringiam-se a debates acadêmicos. Na década seguinte, com a divulgação da obra de Barry Goldwater (*The Conscience of a Conservative*) e a sua posterior candidatura a presidência norte-americana pelo Partido Republicano¹⁸, o conservadorismo pode, então, vincular-se efetivamente a política e, como tal, expandir-se para fora das universidades e círculos intelectuais.

Conceituando o conservadorismo como “nothing more or less than an attempt to apply the wisdom and experience and the revealed truths of the past to the problems of today” (GOLDWATER, 2009, p.3), o autor argumenta que: a) cada ser humano é constituído de um lado imortal e um lado mortal; b) os aspectos econômicos e espirituais da natureza humana

¹⁸ Em 1960, quando escreveu *The Conscience of a Conservative*, Goldwater era Senador pelo Partido Republicano. Sua candidatura para a presidência pelo mesmo partido oficializou-se em 1964.

estão interligados; e c) o desenvolvimento do homem só é possível levando-se em conta os aspectos espirituais e materiais. Assim, cada ser humano é responsável por seu próprio desenvolvimento. A busca por desenvolvimento, no entanto, é condicionada a liberdade e a ordem: “Conservatives look upon politics as the art of achieving the maximum amount of freedom for individuals that is consistent with the maintenance of social order” (Ibidem, p.7).

Nessa obra, Goldwater critica tanto o Partido Republicano como o Partido Democrata por desenvolverem, ambos, políticas liberais e que seriam responsáveis pelo agigantamento¹⁹ do governo no que diz respeito a suas atribuições e dívida pública. Enfatizando a Constituição como um mecanismo de freio contra “the natural tendency of government to expand in the direction of absolutism” (Ibidem, p.10), o autor argumenta a necessidade de diminuição do tamanho do governo no que diz respeito as suas funções (tal como políticas de welfare) e as suas interferências na vida privada (como a cobrança de impostos elevados, por exemplo). Enfatiza ainda a necessidade de proteção dos valores e das tradições norte-americanas. Para isso, acredita que o governo deva ter como prioridade, ainda que com custos econômicos e sociais altos para a população, a vitória sobre o comunismo.

Associando-se a Nisbet, Goldwater também rejeita as políticas de welfare desempenhadas pelo governo; defendendo, como solução, a transposição dessas políticas para o âmbito privado: indivíduos, igrejas, famílias, entre outros. Programas de welfare, para o autor, “cannot help but promote the idea that the government owes the benefits it confers on the individual, and that the individual is entitled, by right, to receive them” (Ibidem, p.49). O governo deveria, em contrapartida, centralizar esforços para a proteção dos valores tradicionais norte-americanos baseados na religião, inclusive promovendo-os no país, e combater ameaças externas, tal como o comunismo.

Assim, como princípios fundamentais, presentes na obra dos conservadores clássicos analisados, destacam-se: a busca por valores tradicionais norte-americanos; a ênfase na religião Cristã como propulsora da moralidade; a ênfase nas associações humanas – comunidade, família, igreja, entre outros; a aceitação da hierarquização e da desigualdade; a percepção do ser humano como possuidor de impulsos e apetites negativos; a rejeição a “big governments²⁰”; e a rejeição as políticas de welfare e de qualquer forma de nivelamento econômico ou social.

¹⁹ Para Goldwater (2009), o “agigantamento” do governo pode ser percebido de diversas maneiras: pelo tamanho das suas operações financeiras, pelo escopo de suas atividades, pela porção recebida dos cidadãos por conta de impostos, pela interferência e regulação na vida cotidiana dos indivíduos, etc.

²⁰ Expressão muito utilizada por conservadores para definir governos cujas atividades e interferências são grandes em escopo e em profundidade.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

3.1 Política Econômica: Percepção conservadora a respeito do tamanho do governo, de impostos e de políticas de welfare.

A percepção conservadora sobre a economia pode ser considerada como a área que melhor representa o pensamento conservador clássico. A própria (re)emergência do conservadorismo norte-americano no período pós-guerra nasce como um descontentamento com a visão Keynesiana e de welfare²¹ e é nessa área onde os princípios conservadores são mais homogêneos e representativos. Princípios típicos conservadores como defesa de um governo limitado, segurança para a propriedade privada e ênfase na liberdade econômica fazem parte dos trabalhos de todos os conservadores aqui estudados, recebendo uma ênfase relativamente maior do que as outras áreas, tais como política externa e questões sociais.

As políticas Keynesianas e de welfare desempenhadas pelo governo norte-americano no período pós-guerra são caracterizadas como uma “esquerdização” da economia (BUCKLEY JR., 2001, l. 201). Essa reorientação econômica, tal como percebida pelo governo norte-americano e no departamento de economia de Yale, usando-se de um “pretexto” humanitário, representaria a negação dos valores mais intrínsecos norte-americanos e que seriam responsáveis pela “singularidade” do país: ênfase na segurança da propriedade privada, liberdade econômica como livre iniciativa e individualismo (esse no sentido estritamente econômico, em contraposição ao coletivismo)²². O contrário disso seria o controle de produção, de regulação e de taxaço, típicos do regime soviético. Assim, para os intelectuais conservadores clássicos, a utilização pelos Estados Unidos de preceitos econômicos, tais como os utilizados pelos soviéticos, seria uma violação dos princípios norte-americanos, esses mesmos princípios que os diferenciaria dos seus inimigos comunistas.

²¹ A definição de Keynesianismo e de welfare é desenvolvida, mais claramente, por Buckley Jr. Para ele, ambas refletem políticas usadas por economistas que utilizam intervenções federais para solucionar problemas econômicos e, conseqüentemente, sociais (BUCKLEY JR., 2001, l. 303).

²² De acordo com Buckley Jr., os professores de Yale estariam ensinando seus alunos a procurarem segurança (trabalho para o governo) ao invés de enterprise: “And Dean DeVane was astounded, puzzled and shocked in 1949 when he read that the graduating class seemed more interested in security than in enterprise. [...] Individualism is dying at Yale, and without a fight” (BUCKLEY JR., 2001, l. 1824-2146).

O governo limitado é um dos princípios básicos do conservadorismo e um dos que melhor o caracteriza em contraposição ao governo liberal - de welfare. Buckley Jr., Kirk, Nisbet, Weaver e Goldwater apontam para o que seria uma derivação lógica entre Keynesianismo (associado ao coletivismo) e totalitarismo. Segundo esses autores, na medida em que o governo toma para si as rédeas da economia, incentivando determinados setores em detrimento de outros, fixando preços, cobrando impostos desiguais e gradativos, e empregando indivíduos; ele se agiganta e, como consequência lógica, se torna um governo totalitário e despótico que seria responsável por destruir dois princípios importantes conservadores: a liberdade econômica e a segurança da propriedade privada.

O governo agiganta-se e toma para si, progressivamente, o que antes era desempenhado por indivíduos e por associações, como por exemplo, o welfare, antes domínio da igreja; restringindo, assim, a liberdade individual e das associações comunitárias (NISBET, 2010). O governo totalitário, vestindo a “máscara de virtuoso” ao impor um modelo igualitário e, conseqüentemente justo; invade por completo a privacidade humana e impõe um nivelamento não só artificial, mas irracional e injusto. Situação só possível, no entanto, quando todos os contextos sociais de privacidade (família, igrejas, etc.) forem enfraquecidos:

“Such a state may well call itself democratic and humanitarian. All contemporary totalitarian states so refer to themselves. Such a state may found itself upon the highest principle of virtue, even as did the republic of Plato. There can be such a thing as democratic totalitarianism even as there can be, as we have learned in disillusion, socialist totalitarianism. (...) The impersonal despotism of virtue, as someone has said, is not the less despotic because it is virtuous” (Ibidem, l. 4704).

Faz-se importante mencionar aqui a percepção do conservadorismo sobre o indivíduo. Os conservadores clássicos acreditam que o ser humano é possuidor de um lado bom e um lado “evil” intrínseco. Um dos seis cânones conservadores enumerados por Kirk (1953) representa essa percepção: o indivíduo seria possuidor de impulsos e apetites irrestritos, e, portanto, a sua busca por poder nunca é satisfeita. Sendo assim, ele precisa ser contido de todas as formas possíveis, já que “conservatives know man to be governed more by emotion than by reason” (KIRK, 1953, p.8) e que “reason alone can never chain them to duty” (Ibidem, p.39). Essa caracterização do indivíduo é traduzida também para o governo. Os conservadores clássicos acreditam que o governo (representado por indivíduos que, obviamente, também possuem esses mesmos instintos) sempre busca maior poder e, que, deixado sem os contrapesos necessários, acabaria em um governo totalitário – objetivo final de todos os governantes.

Nesse sentido, é importante enfatizar que o conservadorismo prega tanto a liberdade, como a responsabilidade individual que dela advém. Da mesma maneira que não se pode interferir no desenvolvimento do caminhar de uma criança (ainda que ela caminhe, quando a ajuda for retirada, ela irá cair novamente, só caminhando quando o seu corpo estiver pronto para essa tarefa), também não se pode interferir no desenvolvimento econômico dos indivíduos: “Man’s development is in both spiritual and material aspects and is not something that can be directed by outside forces. Each one is responsible for his own development” (GOLDWATER, 2009, p.7). O governo que o faz, ainda que com objetivos “humanitários”, não só restringe a liberdade individual e atrasa o desenvolvimento intrínseco e necessário de cada indivíduo, já que tudo providencia aos seus “súditos”; como também, se engrandece cada vez mais ao exigir conformidade rígida em troca do seu papel “paterno”. Nessa situação, os indivíduos se mantêm em condição de eternas crianças. O welfare state, portanto, assemelha-se, em última instância, aos governos totalitários nazistas e comunistas: em todos os três tipos o governo é exercido do topo para baixo (KIRK, 1953, p.182). Assim, os conservadores clássicos enfatizam a necessidade de manter o governo o menor possível com relação a suas atribuições, responsável apenas por manter a segurança dos indivíduos e, conseqüentemente, da propriedade privada; e por impor normas morais sociais de acordo com a tradição Cristã: ordem, hierarquia, justiça e liberdade.

O conservadorismo, nesse sentido, se diferencia dos libertários mais extremados. Para os conservadores clássicos, o governo exerce um papel importante para a condução de uma sociedade justa e ordenada; e para tal, precisa manter atribuições que vão além da segurança. A extensão dessas atribuições, no entanto, deve ser previamente estipulada na Constituição e devem buscar a) a manutenção da ordem interna, b) segurança das fronteiras e dos inimigos externos, c) a administração da justiça, e d) a remoção de obstáculos para a troca livre de mercadorias; em suma, “the legitimate functions of government are actually conducive to freedom” (GOLDWATER, 2009, p. 9-10). No entanto, uma camada tênue separa esse mesmo instrumento pelo qual esses objetivos desejáveis são alcançados daqueles indesejáveis; ou seja, que o governo pode usar-se desses mesmos preceitos conservadores para, ao invés, de preservar a liberdade, restringi-la.

Para o conservador clássico, a liberdade está fortemente vinculada à propriedade já que, ao separar a propriedade do direito à posse privada, a liberdade é corrompida (KIRK, 1953, p.8). Por liberdade entende-se “the principle and the process by which a man is made master of his won life” (KIRK, 2002, l. 810). A política de interferência econômica, portanto, ao propor impostos gradativos e controle de produção, por exemplo, fere o indivíduo no que

ele possui de mais intrínseco: a decisão de como controlar sua própria vida e, como tal, fere ao mesmo tempo dois dos princípios supremos conservadores: a liberdade e a propriedade privada. De acordo com Goldwater:

“One of the foremost precepts of the natural law is man’s right to the possession and the use of his property. And a man’s property earnings are his property as much as his land and the house in which he lives. This attack on property rights is actually an attack to freedom. [...] How can a man be truly free if the fruits of his labor are not his to dispose of, but are treated, instead, as part of a common pool of public wealth? Property and freedom are inseparable; to the extent government takes the one in the form of taxes, it intrudes on the other” (GOLDWATER, 2009, p.39-40).

A redistribuição econômica através da taxaçoão mais alta para indivíduos mais ricos e a transferência direta, ou indireta (através de serviços gratuitos ou subsidiados pelo governo,) para os grupos de baixa renda tal como advogavam o governo norte-americano no pós-guerra; seria uma tentativa de buscar “justiça” econômica e social (BUCKLEY JR., 2001, l. 1467). Essa noção, no entanto, é refutada pelos conservadores clássicos. Ao contrário de ser justa, essa política seria uma negação do princípio de justiça, tal como entendido pelos conservadores. O imposto gradativo seria um confisco arbitrário, utilizado por um grupo para impor uma noção de “social welfare” tal como definida e entendida por esse mesmo grupo, ou seja, uma noção igualitária (Ibidem, l. 1535) baseada em “direitos naturais” (KIRK, 1953, p. 42).

É pertinente ressaltar a noção de justiça e de igualdade, tal como percebida pelos conservadores. Por justiça entende-se “merecimento”, ou seja, que cada um receba o que merece de acordo com seus próprios méritos, talentos e esforços: “To each, his own” (KIRK, 2002, l. 797). Políticas de welfare, baseadas na redistribuição seria uma injustiça, ao retirar de quem o fez por merecer para distribuir para quem não o fez. Um governo justo, ao contrário, “will endeavor to ensure that no one shall take from another man what properly belongs to his personality, his station in life, and his material interests” (Ibidem, l.844). Para Weaver (2008), políticas de redistribuição e nivelamento econômico são análogas ao que o autor sugere como a “psicologia da criança malcriada”: “À criança malcriada não lhe foi ensinado a compreensão de que se possa existir uma relação entre esforço e recompensa²³” (Ibidem, l. 1390); assim, se mantém a crença de que o progresso material e moral é alcançado de maneira automática, sem esforço ou dedicação. Recebendo auxílio econômico de um governo “bem feito”, os indivíduos se mantêm como eternas crianças malcriadas, sendo também os seus súditos mais servis.

²³ Tradução da autora.

Por igualdade, entende-se a igualdade perante a lei e perante Deus (igualdade moral)²⁴. Qualquer outra igualdade não é reconhecida pelos conservadores. De acordo com um dos seis cânones conservadores defendidos por Kirk (1953), uma sociedade civilizada necessita de ordem e de classes, “the only true equality is moral equality; all other attempts at leveling lead to despair, if enforced by positive legislation” (Ibidem, p.8). O conservadorismo se caracteriza justamente pela negação da igualdade (a não ser pelos casos supracitados). Todo o pensamento conservador está envolto em noções de ordem, hierarquia e classes. A uniformidade seria uma tentativa artificial que contraria as diferenças naturais e necessárias para uma sociedade que busca a “ordem, a justiça e a liberdade”; longe de ser “natural” ou “justa”, a igualdade econômica ou social é “unnatural” e injusta. “Equality is the product of art, not of nature; and if social leveling is carried so far as to obliterate order and class, art will have been employed to deface God’s design for man’s real nature” (Ibidem, p.52).

Por fim, a noção de “natural right”, tal como desempenhada pelos igualitários e defensores do welfare state, seria uma tentativa errônea de caracterização de direitos, confundindo “direitos” com “desejos” (Ibidem, p.42; WEAVER, 2008 l. 204). O único direito natural do ser humano é caracterizado como “human custom conforming to Divine intent” (KIRK, 1953, p.44). Se os direitos são, portanto, confundidos com aspirações, os indivíduos perdem a noção de merecimento e, principalmente, perdem a referência da lei divina. Para Kirk, “Equal justice is indeed a natural right; but equal dividend is no right at all. The laws of nature, ordained by Divine wisdom make no provision for sharing goods without regard for individual energies” (Ibidem, p.48).

A política redistributiva seria uma noção contrária a sabedoria divina, princípio que rege o pensamento conservador²⁵. A desigualdade e a diferença faria parte do plano divino. Deus fez os indivíduos diferentes em todos os sentidos (intelectual, físico, emocional, etc.) por um motivo: passar pelos percalços e sofrimentos da vida para obter a redenção espiritual futura²⁶. De acordo com Kirk (1953), o propósito de todo indivíduo não é a indulgência de apetites e aspirações, mas a obediência à ordem divina. Ainda que não compreendidas em sua totalidade, as dificuldades e as diferenças intrínsecas entre os indivíduos fazem parte do plano divino, devendo ser seguidas:

²⁴ Para Kirk, o conservadorismo caracteriza-se pela convicção de que “men are equal in the sight of God, but equal only so” (KIRK, 1953, p.15).

²⁵ O primeiro cânone conservador tal como defendido por Kirk (1953, p.7) refere-se ao “belief that a divine intent rules society”.

²⁶ “Christianity envisages a framework for human society in which earthly miseries have a recognized, permanent, and honorable place. They are trials sent by Heaven to test and train us; as such, it is impious to repine against them” (KIRK, 1953, p.31).

“The Author of our being is the author of our place in the order of existence; and that having disposed and marshaled us by divine tactic, not according to our will, but according to His, He has, in and by that disposition, virtual subjected us to act the part which belongs to the part assigned to us. We have obligations of making at large, which are not in consequence of any special voluntary pact. They arise from the relation of man to man, and the relation of man to God, which relations are not a matter of choice” (KIRK, 1953, p.28).

Dessa maneira, impor uma igualdade artificial através de políticas de redistribuição baseadas em um governo de welfare seria tanto uma injustiça (com relação à noção de merecimento) como uma negação dos princípios divinos de diferenciação e de progresso espiritual. A negação da autoridade de Deus, tal como os conservadores clássicos a percebem na tentativa do governo de welfare, promoveria o totalitarismo na medida em que o governo acumula funções não antes designadas, mas principalmente porque, ao negar a autoridade mais importante (Deus), nega também outras autoridades institucionais, tal como família e igreja, responsáveis pelo contrapeso a tentativas despóticas e totalitárias de governos (BUCKLEY JR., 2001, l. 114-126).

Por fim, o welfare state e a redistribuição baseada em impostos gradativos corromperia o progresso moral e material da sociedade na medida em que esse só é possível com graus de desigualdade presentes. Sendo os indivíduos naturalmente diferentes entre si, inclusive com relação à inteligência, esforço, perseverança, e oportunidades; a única forma de se progredir, materialmente ou moralmente, seria se inserido em um ambiente caracterizado por desigualdade natural. Um indivíduo só irá buscar progredir se lhe é dado esse direito, ou seja, se ele é livre para poder colher os frutos do seu próprio progresso e desenvolvimento sem a interferência do governo, como por exemplo, no setor fiscal. No momento em que há a ameaça de um nivelamento econômico e, portanto, um confisco fiscal sobre a propriedade privada de um indivíduo que poderia progredir materialmente por esforço e dedicação próprios, esse mesmo indivíduo optará por não realizar todo o esforço que então despenderia, já que não irá obter os frutos advindos do seu progresso:

“It is indeed, this inequality of condition between the front and rear ranks, in the march of progress, which gives so strong an impulse to the former to maintain their position, and to the latter to press forward into their files. This gives to progress its greatest impulse. To force the front rank back to the rear, or attempt to push forward the rear into line with the front, by the interposition of government, would put an end to the impulse, and effectually arrest the march of progress” (KIRK, 1953, p.156)

Assim, o conservador clássico se impõe como opositor de qualquer política que possa aumentar as atividades do governo, tais como a taxaçoão gradativa para a promoção de um estado de welfare, sob risco de agigantá-lo a ponto de torná-lo um governo totalitário e, conseqüentemente, indiferente a liberdade individual. De fato, um governo que interfere em setores tidos como privados pelos conservadores para buscar um nivelamento econômico e social, típico de um welfare state; contraria todos os princípios mais importantes conservadores de obediência ao plano divino (ordem, hierarquia e justiça), liberdade individual e respeito à propriedade privada. A taxaçoão gradativa e as políticas de interferência econômica, além de agigantar um governo que deve ser mínimo, mutilariam a sociedade de vigor e esperança, restringindo, assim, o desenvolvimento moral e material dos indivíduos que dela fazem parte.

3.2 Política Externa: Percepção conservadora sobre o inimigo externo, Israel e multilateralismo e imperialismo.

A emergência do conservadorismo na década de 1950 buscava, no intuito de conter o caos e a “dissolução” do Ocidente (WEAVER, 2008), o combate ativo ao comunismo como política e o socialismo como economia. Assim como no caso da rejeição ao governo de welfare, a rejeição ao comunismo se faz presente, também, nos trabalhos de todos os autores conservadores aqui estudados. Da mesma maneira que a política econômica era vista como corrompida por conta de valores de coletivismo, também a política externa desempenhada no período pós-guerra (apaziguamento) era, para os conservadores, uma corrupção dos valores norte-americanos. Efetivamente, o comunismo refletia o contrário de todos os valores tidos como sagrados pelos conservadores: liberdade, religião, hierarquia, diversidade e governo mínimo. A rejeição conservadora à política de governo da União Soviética, portanto, fica óbvia. O objetivo do estudo aqui proposto, no entanto, não é uma análise focada estritamente no anticomunismo típico conservador, haja vista que seria difícil analisar as plataformas presidenciais republicanas recentes com base específica na rejeição ao comunismo. Assim, se busca, ainda que se utilizando da retórica anticomunista presente nos trabalhos dos autores aqui estudados, uma análise mais ampla sobre a percepção dos mesmos com relação a inimigos externos, a Israel e a dicotomia caracterizado pelo multilateralismo versus imperialismo.

A caracterização da área de política externa, conforme é percebida pelos conservadores, impõe certas dificuldades em função de ser essa uma área bastante ambígua. Ao contrário das áreas de política econômica e questões sociais, onde alguns princípios conservadores são bastante claros (por exemplo, a ênfase na não interferência do governo na propriedade privada e a rejeição ao aborto), a posição dos Estados Unidos, de acordo com o conservadorismo, não deve ser nem isolacionista, nem intervencionista; não deve intervir para impor um modelo de democracia tal qual o modelo norte-americano, mas deve intervir para instaurar a liberdade; não deve entrar em guerras por questões materiais, mas por questões de interesse nacional. Ou seja, em todos os casos, uma linha tênue separa o que é permitido, do que não o é. Assim, para entender a lógica conservadora referente à política externa, é importante mencionar alguns princípios básicos conservadores: defesa do seu país e das tradições; prudência; tolerância e pluralidade; e crença nos valores cristãos.

A ênfase na defesa do seu país é uma derivação da ênfase conservadora na promoção da defesa contínua do seu lar, sua família, sua comunidade. Assim como a casa de um conservador é, para ele, o seu castelo, também o é a comunidade que faz parte, em última análise, o seu país. Buckley Jr. (2001), Nisbet (2010) e Goldwater (2009) são bastante enfáticos ao relacionar moralidade e patriotismo, bem como direitos e deveres. Entende-se que é um dever moral do cidadão norte-americano lutar pela defesa do seu país, tal como defenderia a sua família. Da mesma maneira, a noção conservadora de responsabilidade, ou seja, de que com cada direito carrega-se junto um dever; supõe que um cidadão dos Estados Unidos, que tem o direito aos princípios morais mais elevados e base da sociedade norte-americana – ordem, justiça e liberdade (KIRK, 1953) - também tem o dever de preservá-los. Percebe-se, nesse contexto, a recusa conservadora à política norte-americana de apaziguamento. Acreditando ser a Guerra Fria uma batalha contra um adversário que corromperia os valores, tradições e, conseqüentemente, o próprio país; seria imoral não defendê-lo veementemente.

O princípio da prudência, no entanto, também deve ser levado em conta ao analisarmos a percepção conservadora sobre a política externa. Esse princípio, mais visível nos trabalhos de Kirk (1953) e Nisbet (2003 e 2010), propõe uma certa desconfiança às soluções rápidas e imediatas, buscando sempre analisar o todo e de maneira pragmática para não incorrer em erros de cálculo, difíceis de serem revertidos posteriormente. A prudência aconselha a agir somente depois de pesados os custos e os benefícios prováveis, onde os benefícios são maiores e suficientes para cobrir os possíveis custos dispensados. Nesse sentido, dois outros princípios – a presença do “evil” e a humildade – explicam, também, a

busca pela prudência. O conservador tem consciência de que o inimigo representa um “evil” e de que erros de cálculo e de percepções são comuns, haja vista que o ser humano é um ser imperfeito. Além do mais, o conservador sabe ainda que os custos, tanto de intervenções como de combates externos, são muito altos: agiganta o governo, aumenta os impostos pagos pelo cidadão e rompe o *status quo*.

Um terceiro princípio importante para a compreensão da política externa conservadora é a aceitação da tolerância e da pluralidade. Segundo Kirk (1953), os conservadores se caracterizam por uma “affection of the proliferating variety and mystery of traditional life, as distinguished from the narrowing uniformity and equalitarianism and utilitarianism aims of most radical systems” (Ibidem, p.8). A diferença, sendo uma característica natural e, portanto, divina, é apreciada tanto nas relações entre seres humanos, quanto entre países. Para os conservadores, essa diferença, no entanto, não deve ameaçar nem a liberdade individual, nem a nacional.

Por fim, a crença nos valores cristãos norte-americanos – e morais - de ordem, justiça e liberdade, devem ser mantidas e preservadas como bens supremos. A existência e o progresso humano dependem, na visão conservadora, da manutenção desses princípios. Qualquer ameaça a eles, como foi entendida a ameaça comunista, significa, também, que deve ser rechaçada sob risco de decadência moral, espiritual e material. A partir do entendimento desses princípios, a política externa, tal como defendida pelos intelectuais clássicos, passa a ser mais clara e menos ambígua.

Primeiramente, é interessante analisar a posição conservadora com relação a Israel. Os conservadores são associados, frequentemente, à leniência e à proteção a esse país. De fato, todos os autores aqui analisados enfatizam as raízes judaico-cristãs dos Estados Unidos e, como tal, responsável pela moralidade norte-americana. Kirk, em especial, dedica boa parte de uma obra sua sobre a linhagem judaico-cristã e que seria responsável pela “ordem” norte-americana²⁷. Segundo esse autor, a história da fé cristã, a noção de ordem baseada em Deus e as próprias raízes norte-americanas têm origem em Israel: “American moral order could not have come into existence at all, had it not been for the legacy left by Israel” (KIRK, 2003, l. 595). A maior contribuição de Israel para a ordem social moderna norte-americana seria, ainda, “the understanding that all law comes from God, and that God is the source of order and justice” (Ibidem, l. 652). Ambos os países possuem, de acordo com Kirk, uma origem e literatura cristã comuns, além de experiências históricas similares (KIRK, 2002, l. 415), o que

²⁷ Nessa obra, o conceito de “ordem” é definido como “the path we follow, or the pattern by which we live with purpose and meaning” (KIRK, 2003, l. 369)

explicaria, portanto, a relação amigável entre os dois. Explicaria, também, o sentido de “proteção” imputado aos conservadores com relação a Israel. Sendo esse último um país cujos princípios morais e religiosos são semelhantes aos dos Estados Unidos e, de certa forma, responsáveis pela moralidade e religião norte-americana, é natural concebê-lo como extensão de seu território e, conseqüentemente, defendê-lo como tal. De certa forma, uma ameaça estrangeira a Israel seria, também, uma ameaça aos EUA, haja vista que seus valores são tão intrínsecos e similares. A essa visão, no entanto, alia-se os outros princípios conservadores, tal como a prudência. A proteção a Israel não é “fixed in stone”. Da mesma maneira que o conservadorismo rejeita a intervenção e o combate externo a não ser em casos onde os interesses norte-americanos são efetivamente ameaçados, também rejeita a proteção a Israel caso os valores judeus não estiverem em risco.

Com relação ao inimigo externo, nota-se uma preocupação conservadora tão somente no que diz respeito à segurança dos princípios norte-americanos; ou seja, um inimigo externo não precisa, necessariamente, ser combatido se ele não ameaçar a segurança desses valores e, conseqüentemente, da própria existência dos Estados Unidos como nação. O conservadorismo, segundo Buckley Jr. (2001), Goldwater (2009), Nisbet (2003 e 2010) e Kirk (1953 e 2002); acredita que só se deve entrar em conflito com um inimigo externo quando para defesa ante uma ameaça a seus interesses e princípios nacionais. De acordo com Nisbet (2010), o conservadorismo não gosta de guerra. Um conflito armado significa agigantamento do governo e maiores impostos pagos pelo cidadão. Ele se torna possível, no entanto, no momento em que as comunidades locais foram enfraquecidas. Para ele, guerras produzem um “warming sense of community” (Ibidem, l. 1078). Assim, o que antes se buscava na família, igreja e associações (um sentido de pertencimento, de identificação com os outros), se procura, então, na luta comum contra um inimigo externo. “The enemy becomes not only a ready scapegoat for all ordinary dislikes and frustrations; he becomes the symbol of total evil against which the forces of good may mobilize themselves into a militant community” (Ibidem, l. 1021).

Contudo, ainda que os conservadores não gostem de guerras por conta das conseqüências que essa produz na liberdade dos indivíduos; nos casos em que os valores e a existência norte-americana são ameaçados, a guerra deixa de ser uma opção para se tornar uma obrigação. Tanto Buckley Jr. (2001) como Goldwater (2009) enfatizam a imoralidade e a tragédia da política de apaziguamento com um inimigo externo que, como no caso da União Soviética tal como entendido pelos conservadores, ameaça tanto os valores norte-americanos sociais, políticos, econômicos e morais, como também a própria existência do Estado como

tal. O conservadorismo, para Buckley Jr., está relacionado com comprometimento. Comprometimento com a família, com a comunidade e, em última instância, com o país. Da mesma forma que seria imoral não se comprometer a defender sua família, também é imoral não defender seu país. A política de apaziguamento, portanto, é completamente rejeitada pelo conservadorismo quando o inimigo externo ameaça efetivamente os valores norte-americanos. Para Goldwater (2009), ainda que a guerra seja a pior das opções, em alguns casos, ela é a única²⁸:

“We must- as the first step toward saving American freedom – affirm the contrary view and make it the cornerstone of our foreign policy: that we would rather die than lose our freedom. [...] We want to stay alive, of course; but more than that we want to be free. We want to have peace; but before that we want to establish the conditions that will make peace tolerable. [...] As a conservative, I deplore the huge tax levy that is needed to finance the world’s number one military establishment. But even more do I deplore the prospect of a foreign conquest, which the absence of that establishment would quickly accomplish” (GOLDWATER, 2009, p.75).

Por fim, a concepção conservadora a respeito do multilateralismo e imperialismo deve ser analisada sob o prisma do pragmatismo. Os conservadores da geração de 1950 defendem o princípio de não intervenção. Uma política intervencionista significa um agigantamento do governo, aumento de impostos e, conseqüentemente, restrição da liberdade individual. Além disso, esses autores argumentam ser contra o moralismo norte-americano em assuntos externos, caracterizado como “America’s itch to intervene” e que, em sua totalidade, significaria um tipo de “new absolutism”²⁹ (NISBET, 2003). Na percepção conservadora, o Estado intervencionista se torna, invariavelmente, um estado totalitário e imprudente que buscaria a uniformidade global ao invés da pluralidade e cujos custos (políticos e econômicos) são pagos pelo cidadão.

Pode-se, ainda, entender a relutância conservadora em intervenções externas por conta da percepção desses a respeito do progresso e da responsabilidade individual. Assim como as pessoas devem buscar desenvolverem-se sozinhas, portanto sem ajuda federal econômica sob risco de permanecerem eternamente “crianças” (WEAVER, 2008), também os estados devem alcançar sua “salvação” e progresso de maneira própria, sem ajuda externa. Se interrompido, quebra a ordem e o progresso natural, conforme estipulado por Deus e pelos quais todos

²⁸ “If an enemy power is bent on conquering you, and proposes to turn all of his resources to that end, he is at war with you; and you- unless you contemplate surrender – are at war with him. Moreover – unless you contemplate treason – your objective, like his, will be victory. Not peace, but victory (GOLDWATER, 2009, p.60).

²⁹ Nisbet relaciona o “new absolutism” às políticas de intervenção em países latino-americanos e asiáticos, em especial, ocorridas durante a Guerra Fria. Para ele, esse mesmo Estado, usando-se de um pretexto moralizante, seria responsável por impostos cada vez maiores e por uma dívida externa impagável.

devem invariavelmente passar antes de receber a merecida “salvação”³⁰. Além disso, por conta dos princípios da prudência, e do reconhecimento do pluralismo e da imperfeição humana, os conservadores têm receio de políticas externas intervencionistas que buscam instaurar governos ao seu molde³¹. Kirk (1953) argumenta, por exemplo, que não existe um único estilo de governo “certo” para todos os países do mundo, assim como não existe uma única religião ou profissão única para todas as pessoas. Cada país deve escolher o seu tipo de governo ideal de acordo com a sua história, seus costumes, crenças e cultura; desde que não ameace os interesses e valores norte-americanos. De fato, essa é a linha que define quando se deve intervir e quando se deve abdicar da intervenção: enquanto os valores dos cidadãos norte-americanos e a existência da nação como tal não forem ameaçados, a prudência na decisão de intervir é a melhor solução; no entanto, caso haja uma ameaça efetiva, a intervenção deve ser feita³².

O multilateralismo deve ser entendido da mesma forma pragmática que o intervencionismo: enquanto o multilateralismo (sistema de alianças, ajuda externa, negociações e organismos multilaterais) for benéfico aos interesses norte-americanos, deve ser mantido; quando não o for, deve ser recusado em prol da soberania norte-americana. O conservadorismo tem a preocupação de analisar o todo - assim o faz quando busca analisar não só os “direitos” dos homens, mas também da família, da comunidade e do país. O conservador clássico, portanto, entende que é mais difícil conseguir alguma vitória no plano internacional sem ajuda de outros países; da mesma forma que é mais difícil para um indivíduo, sozinho, obter uma vitória sobre o governo federal – tendo mais força de persuasão se inserido em uma comunidade. Dessa maneira, sempre que possível, o conservador busca no multilateralismo a força necessária para proteção dos seus interesses.

Contudo, os conservadores clássicos e, em especial, Goldwater, argumentam que nem sempre o multilateralismo fortalece os interesses norte-americanos, sendo responsável, às vezes, pelo seu enfraquecimento. O sistema de alianças, por exemplo, pode ser prejudicial se mantém a política de apaziguamento quando os valores e a segurança norte-americana estão em perigo. Referente à ameaça comunista, Goldwater (2009) argumenta que: “The alliance system is completely defensive in nature and outlook. This fact, in the light of the

³⁰ As dificuldades, conforme argumenta Kirk, são enviadas por Deus para aprendizado. O caminho desse aprendizado, portanto, deve ser solitário até que se alcance o progresso e o desenvolvimento conforme seu merecimento.

³¹ Segundo Goldwater (1964), “Our Republican cause is not to level out the world or make its people conform in computer regimented sameness. Our Republican cause is to free our people and light the way for liberty”.

³² De acordo com Nisbet (2003), a política de neutralidade antes da segunda Guerra Mundial foi uma boa estratégia, assim como o foi a intervenção posterior ao ataque de Pearl Harbor.

communist's dynamic, offensive strategy, ultimately dooms it to failure" (Ibidem, p.63). O pragmatismo também deve ser levado em conta com relação à ajuda externa, inclusive nas Nações Unidas. Segundo o autor, filantropia global, sem recompensa em termos de interesses nacionais ou objetivos políticos e estratégicos, não é pragmático. Os custos econômicos devem reverter positivamente para compensar o confisco na forma de impostos:

"The American government does not have the right, much less the obligation, to try to promote the economic and social welfare of foreign people. Of course, all of us are interested in combating poverty and disease wherever it exists. But the constitution does not empower our government to undertake that job in foreign countries (...). Therefore, except as it can be shown to promote America's national interests, the foreign aid program is unconstitutional" (GOLDWATER, 2009, p.63-64).

Com relação às Nações Unidas, argumenta que: "Support of the United Nations, our leaders earnestly proclaim, is one of the cornerstones of American foreign policy. I confess to being more interested in whether American foreign policy has the support of the United Nations". O autor ainda conclui que o envolvimento norte-americano nas Nações Unidas poderia vir a significar "an unconstitutional surrender of American sovereignty" (Ibidem, p.75-77).

Enfim, entende-se que a posição conservadora, por conta de princípios como a prudência, a ênfase na liberdade, na pluralidade e nos valores tradicionais cristãos; possui uma preocupação especial com Israel, formando com esse país uma aliança por conta de valores comuns; preferem o multilateralismo e a não intervenção externa quando essas opções são possíveis e não ameaçam os interesses norte-americanos; e, por fim, admitem a possibilidade de um conflito com um inimigo externo apenas como uma última possibilidade. De fato, os conservadores não gostam de guerra ou de intervenções externas, mas gostam menos ainda da restrição da sua liberdade. Nesse sentido, a afirmação de Goldwater resume o pensamento conservador a esse respeito: "I would remind you that extremism in the defense of liberty is no vice. And let me remind you also that moderation in the pursuit of justice is no virtue". (GOLDWATER, 1964).

O conservadorismo pode ser considerado como um "intervencionista moderado", baseando suas decisões no pragmatismo de acordo com uma perspectiva de interesse nacional e, não, global. Assim,

"Conservative statesmen will accept their duties the world, but with modesty and caution; they will realize that diversity is better than uniformity, that the US cannot impose their institutions upon cultures which have as good a claim to respect; and

they will remember that America's highest obligation in the affairs of nations is to provide the example of a decent, tranquil, prospering state, a republic just and free, virtuous and permanent (KIRK, 1953, p.424-425).

3.3 Questões sociais: Percepção conservadora sobre imigração, aborto e família.

O terceiro pilar que sustenta o conservadorismo clássico refere-se ao descontentamento com o rumo tomado pela sociedade norte-americana. Políticas liberais baseadas em noções de “direitos humanos”; a ênfase no progresso humano por conta do racionalismo científico; e o enfraquecimento das tradições, comunidades e do papel da igreja seriam os responsáveis por uma sociedade corrompida, incapaz de discernir valores, hierarquia e ordem: “Em última instância, o problema que enfrentamos é o da recuperação da integridade intelectual que garanta que os homens sejam capazes de discernir a ordem dos valores bons³³” (WEAVER, 2008, l. 239). O governo liberal, de acordo com os conservadores estudados, significava o enfraquecimento das comunidades, a desintegração social e a alienação dos indivíduos – alienação com relação a Deus, família, igreja e entre si. Assim, “the new individual is in a spiritual and moral void” (NISBET, 2010, l. 672).

Para Nisbet (2010), as políticas liberais desempenhadas pelo governo norte-americano seriam responsáveis por essa alienação na medida em que enfraquece as comunidades e as associações e, com isso, enfraquece também as tradições e valores arraigados a elas:

“Our present crisis lies in the fact that whereas the small traditional associations, founded upon kinship, faith, or locality, are still expected to communicate to individuals the principal moral ends and psychological gratifications of society, they have manifestly become detached from positions of functional relevance to the larger economic and political decisions of our society. Family, local community, church, and the whole network of informal interpersonal relationship have ceased to play a determining role in our institutional systems of mutual aid, welfare, education, recreation, and economic production and distribution. Yet despite the loss of these manifest institutional functions, and the failure of most of these groups to develop any new institutional functions, we continue to expect them to perform adequately the implicit psychological or symbolic functions in the life of the individual” (NISBET, 2010, l. 1236).

A percepção conservadora a respeito da imigração, família e aborto deve ser entendida levando-se em conta, também, outros princípios já analisados: a ênfase na religião e na crença de que “an active faith in God and a rigid adherence to Christian principles are the most powerful influences toward the good life” (BUCKLEY JR., 2001, l. 740); a obediência a lei

³³ Tradução da autora.

divina e as obrigações que essa traz consigo³⁴; a noção de responsabilidade individual; e a ênfase na tradição e nas instituições tradicionais.

A importância da instituição familiar é, para os conservadores, evidente em si mesma: A família, a comunidade local e a igreja desempenhariam um papel fundamental para a manutenção da ordem e da moralidade já que seriam as responsáveis pela condução dos indivíduos a determinadas regras de conduta e de crenças que, por sua vez, seriam responsáveis pela moralidade norte-americana (NISBET, 2010, l. 790). Essas instituições, além de promoverem a autoridade e a hierarquia necessárias para a condução da ordem e da moralidade, também desempenhariam um papel de proteção às liberdades individuais já que mantêm o governo limitado³⁵.

Para os conservadores, a instituição familiar estaria sendo enfraquecida por políticas liberais, por novas autoridades e por uma noção de “immediatez” que culminaria, assim, na desestruturação da família (WEAVER, 2008):

“Es inevitable que la decadencia del sentimiento se vea acompañada del deterioro de las relaciones humanas, tanto en el seno de la familia como entre amigos, ya que la pasión de la immediatez atiende únicamente a lo momentáneamente provechoso. [...] La decisión del hombre moderno de vivir en el aquí y el ahora se refleja en el abandono a su suerte de los mayores, que antaño el sentimiento de lo decente elevaba a posiciones de honor y austeridad. Hubo un tiempo en que la generación de los mayores era venerada porque representaba el pasado; ahora se la evita y se procura ocultarla por la misma razón. En cuanto a los hijos, no pasan de ser molestas responsabilidades” (Ibidem, l. 394).

Assim, os casamentos³⁶, antes reconhecidos como um elo sagrado e necessário à moralidade da sociedade, estariam sendo desfeitos por conta do sentimento de immediatez e de uma suposta autossuficiência (WEAVER, 2008), ou “self actualization” para Nisbet (2010). Para esse último, a ruptura de casamentos e o enfraquecimento da família moderna seria, simplesmente, uma erosão da sua autoridade e de funções antes desempenhada por ela, agora desempenhada pelo Estado³⁷. Em suma, a família, antes o espinha dorsal da sociedade, se transformava em “the accident of the worker, rather than his essence (NISBET, 2010, l.1328).

³⁴ “Out of physical causes, unknown to us, perhaps unknowable, arise moral duties, which, as we are able perfectly to comprehend, we are bound indispensably to perform” (KIRK, 1953, p.28).

³⁵ Para Nisbet (2010), o indivíduo precisa de noções de hierarquia, ordem e de pertencimento. Se essas noções são negadas no plano comunitário, ele vai buscá-las no plano federal conduzindo, portanto, à formação de governos totalitários.

³⁶ O casamento é entendido como a união entre um homem e uma mulher cuja responsabilidade é de “child care” (BUCKLEY JR., 2006a)

³⁷ Para Buckley Jr. (2000, p.22), “the only thing the modern liberal is interested in liberating is man from his marriage contract”.

“The family, patriarchal and corporate in essence, was more than a set of interpersonal relations. It was a fixed institutional system within which innumerable indispensable functions were performed. Upon it, rather than upon the individual, were levied taxes and fines, to it rather than the individual, went the honors of achievement in its corporate solidarity lay the ground of almost all decision affecting the individual – his occupation, welfare, marriage, and the rearing of his children. Property belonged to the family, not the individual, and it could not easily be alienated from the family. Law began with the inviolable rights of the family over its members, and public law, such as it was, could not generally cross the threshold of the family” (Ibidem, l.1661).

Assim, os conservadores argumentam a necessidade de fortalecer a família no sentido de retransmitir a ela a significância “moral e psicológica” (NISBET, 2010) de antes. Para Kirk (1953), um programa conservador para problemas modernos levaria em conta a necessidade de assegurar “family piety and public honor” (Ibidem, p.424).

A posição conservadora referente ao aborto deve ser analisado com base em diversos princípios: defesa da família, cuja sustentação se dá na prática de “child care” (BUCKLEY JR., 2006a); ênfase na moralidade e na obediência às leis divinas; noção de responsabilidade; e, por fim, o respeito à Constituição. O aborto é entendido como uma ação contra a vontade divina. Conforme já analisado anteriormente, o propósito último do indivíduo deve ser o de obediência às vontades divinas (KIRK, 1953). A concepção de uma criança é, no entendimento conservador, uma vontade de Deus e, como tal, é ímpio descontentar-se. Tirar a vida de um ser criado por Deus e, portanto, parte de uma sabedoria divina, seria não só contrário aos preceitos cristãos, mas também imoral. De acordo com Buckley Jr. (2007a, p.172): “the question whether life exists prebirth is a biological question with moral implications”. Para ele, qualquer método que venha a interromper propositalmente o desenvolvimento de uma criança é “intrinsicly evil” (BUCKLEY JR., 1997, l. 2928).

Weaver atenta para o egoísmo típico do “liberal moderno” que, ao alienar-se das suas tradições e instituições, aliena-se, também, de outros indivíduos e da responsabilidade que lhe seria outorgada por esses: “Seu desejo já é motivo suficiente³⁸” (WEAVER, 2008, l. 868). Para ele, a piedade e o senso de justiça são corrompidos em função de um egoísmo típico que se manifesta quando o indivíduo alcança um estado em que já não é mais capaz de aceitar que as coisas não criadas ou desejadas por ele tenham o direito de existir (Ibidem, l. 2089). Nesse sentido, a prática do aborto poderia ser considerada um exemplo típico tanto de alienação; quanto de egoísmo, já que corrompe as noções tradicionais conservadoras de responsabilidade e de justiça.

³⁸ Tradução da autora.

Por fim, a rejeição ao aborto pelos conservadores pode ser entendida como uma interferência judicial alheia a Constituição e, como tal, inconstitucional. De acordo com Kirk (1987), as decisões da Suprema Corte norte-americana, tal como a legalização do aborto (*Roe v. Wade*, 1973), são baseadas em “judges hearts’ desires” que altera a Constituição de acordo com a vontade de alguns indivíduos: “a judicial aristocracy or council of elders, the Ephors of Washington”.

Finalmente, referente à imigração, os conservadores entendem que as suas tradições e a própria constituição do seu Estado são heranças de imigrantes. No entanto, um número alto de imigrantes traz, obviamente, consequências econômicas para o governo (gasto com educação, saúde e infra-estrutura) que serão retransmitidas ao cidadão na cobrança de maiores impostos pagos por esses. Além disso, em números muito elevados, os imigrantes ameaçam a comunidade típica, a tradição e os valores norte-americanos, já que carregam com eles uma herança cultural que difere da norte-americana. Assim, a preocupação de Nisbet (2010) com relação a qualquer política ou grupo que ameace as instituições tradicionais, bem como as tradições culturais e religiosas que delas advêm; pode ser transplantada para a preocupação conservadora referente à imigração e aos imigrantes ilegais.

Para Buckley Jr., a solução seria composta de duas políticas: fim de privilégios, como a carteira de motorista (BUCKLEY JR., 2007b) e de auxílio financeiro a imigrantes ilegais, tal como escolas públicas e “Medicaid”, por exemplo (BUCKLEY JR., 2006b); e maior segurança nas fronteiras norte-americanas, tal como a finalização do muro de contenção na fronteira Estados Unidos – México, para diminuir o fluxo de entrada ilegal (BUCKLEY JR., 2006c).

A preocupação de Buckley Jr., assim como do conservadorismo em geral, não se resume, no entanto, a diminuir o fluxo de entrada de imigrante ilegais. Há, ainda, o problema das diferentes culturas e tradições praticadas pelos imigrantes já legalizados. O primeiro passo para assimilá-los ao “American way of life”, diminuindo, assim, o risco de o contrário ocorrer, seria fazer do inglês a língua obrigatória. Segundo o autor, um imigrante latino tem condições de se inserir na sociedade norte-americana e nela viver por toda a sua vida sem a necessidade de falar inglês. Escolas ministram aulas em espanhol; provas para a obtenção da carteira de motorista podem efetuadas em espanhol; televisão e rádio possuem opções com programações na língua Latina; entre outros exemplos. Aos poucos, os estabelecimentos comerciais, as operadoras de serviço e o próprio serviço público suplanta o inglês como língua principal, incorporando também o espanhol. Para Buckley Jr., esse é um exemplo de perda da supremacia da língua inglesa, mas que deve ser pensado, ainda, em outros níveis:

perda dos valores morais, da tradição e dos princípios norte-americanos. Assim, argumenta: “The movements in California and Arizona to require teaching in the English language are wholesome commitments to civil harmony. The searing question, of course, is: Is it too late?” (BUCKLEY JR., 2007c).

4 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS NACIONAIS REPUBLICANAS

A análise das plataformas republicanas de 1980 e 2012 tem como base determinadas categorias já desenvolvidas no capítulo anterior: 1) política econômica – tamanho do governo, políticas de welfare e impostos; 2) política externa – Israel, inimigo externo e multilateralismo e intervencionismo; e 3) questões sociais – família, imigração e aborto. Assim, através da análise dessas categorias, se busca verificar a presença de princípios conservadores e como eles são empregados em ambas as plataformas presidenciais fazendo-se, ao fim, uma análise em perspectiva comparada.

4.1 Política econômica

A) Plataforma de 1980: Ronald Reagan

A plataforma de Reagan, no que diz respeito à economia, está concentrada na defesa de um governo mínimo e descentralizado. De acordo com a perspectiva conservadora, as políticas de welfare, típicas das décadas anteriores, seriam responsáveis pelo agigantamento do governo, crise econômica e enfraquecimento das comunidades (estados, vizinhança, família). Assim, a plataforma “pledges itself to a comprehensive program of government reform” (GOP, 1980, p.14) baseada na diminuição de atividades (welfare, por exemplo), de regulação e de cobranças. Enfatizando o indivíduo e as comunidades, a plataforma defende um forte programa baseado em “tax reductions, spending restraints, and regulatory reforms that will inject new life into the economic bloodstream of this country” (Ibidem, p.1).

As regulações impostas pelo governo e gasto dispendido por ele devem ser mínimos e suficientes para a proteção de uma economia de livre mercado, o que significaria maior liberdade individual e fortalecimento das comunidades. Sempre que possível, as atividades, a regulação e as decisões devem ser transferidas do nível federal para o local, seja ele o estado

ou a comunidade. Assim, a plataforma defende a adoção de um “Constitutional amendment to limit federal spending and balance the budget, except in time of national emergency as determined by a two-thirds vote of Congress” (Ibidem, p.18) e um “wholesale transfer of all welfare functions to the states along with the tax sources to finance them” (Ibidem, p.7).

Reiterando a noção de “criança malcriada” feita por Weaver, a Plataforma de 1980 critica o governo democrata anterior por “perpetuating and aggravating the very conditions of dependence they seek to relieve” (Ibidem, p.2), chamando esse fenômeno de “poverty trap”: os benefícios concedidos por governos seriam responsáveis pela perpetuação, deliberada, de uma pobreza subsidiada e manipulada (Ibidem, p.2). Assim, enfatizando a responsabilidade individual, a plataforma rejeita a ajuda salarial garantida; defende requisitos mais rigorosos para a elegibilidade de “food stamps”; e põe fim aos benefícios a imigrantes ilegais e aos voluntariamente desempregados.

Especificamente com relação à saúde, o Partido Republicano afirma ser contra a “socialização da medicina” e rejeita, portanto, um serviço de saúde nacional, assim como qualquer proposta de seguro saúde nacional compulsório: “As consumers of health care, individual Americans and their families should be able to make their own choices about health care protection. We propose to assist them in so doing through tax and financial incentives” (Ibidem, p.6). No entanto, se mantêm um comprometimento com os idosos e com os financeiramente desfavorecidos através de serviços públicos como a Medicare e Medicaid³⁹ (Ibidem, p.6) devendo esses programas serem reavaliados para diminuir fraudes e gastos desnecessários. Além disso, a ênfase conservadora nas instituições comunitárias, tal como a família, é perceptível na defesa republicana de uma reforma na Medicare para contemplar “home-based care” (Ibidem, p.6) em casos de tratamento longo e em casos relativos a idosos, já que receberiam o “supportive environment of family and friends” (Ibidem, p.6), fortalecendo essa instituição enquanto diminui o tamanho e os gastos do governo.

Por fim, os princípios conservadores na defesa da liberdade individual e da propriedade privada são percebidos na ênfase republicana a redução da cobrança de impostos. Assim, “The Republican Party supports across-the board reductions in personal income tax rates, phased in over three years, which will reduce tax rates from the range of 14 to 70 percent to a range from 10 to 50 percent” (Ibidem, p.2). A redução dos impostos cobrados seria baseada em uma noção de “fairness to the individual” que reflete a relação entre esforço

³⁹ Tanto o Medicare como o Medicaid são programas federais de seguro saúde. O primeiro beneficia idosos, o segundo indivíduos e famílias de baixa renda.

e recompensa (Ibidem, p.2). Além disso, seria uma defesa da propriedade privada, definida como um “cornerstone of American liberty” (Ibidem, p.3).

B) Plataforma de 2012: Mitt Romney

O Partido Republicano em 2012 defende um governo mínimo como resposta a crise vivenciada e pré-condição para o crescimento econômico. O governo federal de 2012 é caracterizado como um “gigante” ineficiente e responsável por uma grave crise econômica similar a Grande Depressão (GOP, 2012, p.i). A Constituição é usada na plataforma como parâmetro e árbitro maior na definição das funções do governo federal. Assim, “the powers not delegated to the United States by the Constitution, nor prohibited by it to the States, are reserved to the States respectively, or to the people” (Ibidem, p.11). Seria inconstitucional, por exemplo, a intervenção federal para o resgate de companhias “too big to fail”: “No financial institution is too big to fail” (Ibidem, p.24). Além disso, uma intervenção dessa espécie desrespeitaria a noção de direitos e responsabilidades. Argumentando que “with every right comes a responsibility”, a plataforma afirma que nenhum cidadão deveria pagar pela irresponsabilidade e mau funcionamento de uma organização, instituição ou indivíduo (Ibidem, p.11).

A plataforma defende ainda um maior espaço do setor privado em atividades reconhecidamente públicas a fim de descentralizar e desonerar o governo. “We look to government – local, State, and federal – for the things government must do, but we believe those duties can be carried out more efficiently and at less cost. For all other activist, we look to the private sector” (Ibidem, p.21). Assim, o setor privado seria usado para competir com o Governo federal nas áreas de infraestrutura (aeroportos, rodovias, ferrovias, entre outras), correios e sistema de saúde.

Com relação ao sistema de saúde, especificamente, a plataforma de 2012 condena o pacote de reformas para a Medicare e Medicaid conhecido como “Obamacare”, considerando ser esse um plano de manutenção das políticas ineficazes e onerosas da saúde pública norte-americana e que, em última instância, seriam responsáveis pelo agigantamento e dívida do governo, bem como o aumento dos impostos pagos pelos cidadãos. Assim, com o objetivo de um retorno do governo ao seu tamanho ideal, o Partido Republicano sugere um “Tripartite test” para cada atividade federal: Primeiro, a atividade em questão estaria dentro do escopo constitucional do governo federal? Segundo, a atividade é efetiva e absolutamente necessária? E terceiro, é suficientemente importante para justificar empréstimos externos para financiá-la?

(Ibidem, p.3). Caso o programa em questão não se encaixe no teste, deverá ser abandonado pelo governo e, se possível, encaminhado ao setor privado.

Condizente com a noção conservadora de justiça baseada em merecimento, a Plataforma defende a relação entre esforço e recompensa; e atenta para o “poverty trap”. Welfare, na concepção republicana de 2012, “should be a hand up, not a hand out” (Ibidem, p.31). Assim,

“We support efforts to help low-income individuals get a fair chance based on their potential and individual merit; but we reject preferences, quotas, and set-asides as the best or sole methods through which fairness can be achieved, whether in government, education, or corporate boardrooms.[...] Merit, ability, aptitude, and results should be the factors that determine advancement in our society” (Ibidem, p.9).

A plataforma de Romney ainda enfatiza a noção de responsabilidade individual no que diz respeito as políticas de welfare: “We believe that taking care of one’s health is an individual responsibility” (Ibidem, p.33). Assim, defende uma reforma nas políticas de welfare que imputaria maior importância para as responsabilidades individuais (quanto aos seus hábitos de vida e a sua situação financeira); e transferiria para os Estados programas muito onerosos e ineficientes para o setor federal, tal como a distribuição de “food stamps”, programas de nutrição doméstica e programas de saúde pública para os necessitados. Além disso, a idade para a obtenção de benefícios por meio do Medicare deve ser “more realistic in terms of today’s longer life span” (Ibidem, p.22) podendo o trabalhador, ainda, buscar um plano de previdência privado para complementar o federal. Por fim, a plataforma de 2012 defende a concorrência do setor privado nas políticas de welfare, como saúde e aposentadoria, por exemplo; como uma maneira de diminuir custos federais enquanto aumenta a eficiência dos programas.

Com relação aos impostos, o objetivo do Partido Republicano em 2012 é a reforma do sistema tributário e, conseqüentemente, a redução da cobrança de impostos baseado em um sistema que seja simples, transparente, planejado e justo (Ibidem, p.2). A plataforma de Romney dispõe de uma lista de medidas a serem tomadas com esse propósito e que incluem: a) estender o auxílio emergencial de 2001 e 2003, conhecidos como os “Bush tax cuts”; b) redução dos impostos para “20 percent across-the-board”; e c) eliminação dos impostos sobre lucros, juros, dividendos e ganhos de capital para a classe média e pobre. Opõe-se, portanto, a cobrança de impostos graduais ou retroativos e defende um “Constitutional amendment requiring a super-majority for any tax increase, with exceptions for only war and national

emergencies, and imposing a cap limiting spending to the historical average percentage of GDP” (Ibidem, p.2-4).

4.2 Política Externa

A) Plataforma de 1980: Ronald Reagan

No que diz respeito à política externa, a plataforma de Reagan está centrada na defesa do fortalecimento militar norte-americano para conter a ameaça Soviética. As políticas de Carter - diálogo com a União Soviética, controle de armas e cortes na defesa norte-americana - seriam responsáveis pelas “humilhações” sofridas pelos Estados Unidos no âmbito internacional e por fortalecer um regime considerado a maior ameaça à sobrevivência norte-americana em dois séculos de existência. Assim, a plataforma objetiva uma estratégia de “Peace through strength” (GOP, 1980, p.18).

Condizente com o conservadorismo clássico, ao Partido Republicano expõe a necessidade de proteção dos valores e interesses norte-americanos quando esses são ameaçados. A União Soviética é percebida como um “evil” que, ao buscar uma dominação global, ameaça os valores, os cidadãos norte-americanos, e a existência dos Estados Unidos como nação soberana (Ibidem, p.18-19). Com o intuito de preservar a paz mundial e os interesses norte-americanos, a plataforma lista uma série de medidas a serem implementadas para o fortalecimento militar norte-americano e que seriam responsáveis por conter a ameaça comunista. Tendo em vista que “readiness to war is the surest way to preventing it”, a plataforma argumenta a necessidade de: alcançar total superioridade militar e tecnológica com relação à União Soviética; criar uma defesa civil e estratégica para proteção dos norte-americanos contra ataques nucleares, ao menos no nível em que os soviéticos estão protegidos; não aceitar controle de armas que venham a resultar em inferioridade norte-americana; reestabelecer segurança e capacidade efetiva; buscar meios não militares para diminuir o crescimento do comunismo; ajudar aliados e países não comunistas a defender-se da ameaça soviética; e manter uma economia fortalecida (Ibidem, p.21).

A União Soviética é o único “inimigo” explicitado pela plataforma como uma ameaça real aos interesses norte-americanos, daí a necessidade de contê-la. A posição republicana com relação a outros “inimigos”, tal como a Coreia do Norte e o Vietnã, caracteriza-se pela prudência e pragmatismo típico conservador de não interferência ou engajamento militar quando os valores e interesses norte-americanos não estão em perigo. A plataforma menciona

o apoio a Coreia do Sul e lamenta as ações do governo vietnamita. Essa noção de pragmatismo se estende à China que, ainda que não ignorando “the profound differences in our respective philosophies, governmental institutions, policies, and concepts of individual liberty” (Ibidem, p.26), o Partido Republicano reconhece “the growing importance of the People’s Republic of China in world affairs” (Ibidem, p.26) e pretende continuar o processo de construção de um relacionamento harmonioso.

No âmbito multilateral, a plataforma reconhece a importância da Organização da Aliança do Atlântico Norte (OTAN) para os interesses vitais dos Estados Unidos e, portanto, mantém seu apoio. No entanto, lamenta o rumo tomado por alguns países membros que buscariam um “neutralismo” no conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Assim, o Partido Republicano “will therefore ensure that the United States leads a concerted effort to rebuild a strong, confident alliance fully prepared to meet the threats and the challenges of the 1980s. (Ibidem, p.24).

A ambiguidade e o pragmatismo típico conservador a respeito de políticas de ajuda externa podem ser observados na análise republicana sobre o assunto. Argumentando que ajuda financeira externa não é caridade, devendo essa ser feita por entidades privadas, as políticas de “foreign assistance should be a vehicle for exporting the American Idea” (Ibidem, p.2). A ajuda externa não deve promover uma aceitação forçada de determinada forma de governo. A tentativa de forçar a aceitação de valores norte-americanos e “standards of democracy” foi responsável pelo enfraquecimento de diversas nações antes aliadas cedendo espaço, assim, para a incursão soviética (Ibidem, p.26). Dessa maneira, “the principal consideration should be whether or not extending assistance to a nation or group of nations will advance America’s interests and objectives” (Ibidem, p.26).

O Partido Republicano enfatiza as assistências através de negociações bilaterais, sempre que possível, ao invés de negociações multilaterais. Essa seria a maneira mais coerente aos interesses do país, e mais transparente ao cidadão norte-americano. Decisões para promoção de assistência militar externa deverão ser feitas com base em objetivos e interesses de política externa norte-americana, sem a necessidade de aprovação das políticas domésticas do país em questão (Ibidem, p.26).

Por fim, a plataforma reconhece a presença da moralidade judaico-cristã na tradição norte-americana e afirma seu reconhecimento ao estado de Israel. Caracterizando a Palestina como aliada à União Soviética, o Partido Republicano se opõe ao estabelecimento de um estado palestino. Definindo a proteção de Israel como um “moral imperative” que serve a interesses estratégicos norte-americanos, “we will continue to honor our nation’s commitment

through political, economic, diplomatic, and military aid” (Ibidem, p.24). Entretanto, mesmo comprometendo-se com Israel, a plataforma afirma a necessidade de buscar laços mais estreitos com estados árabes moderados.

B) Plataforma de 2012: Mitt Romney

A plataforma de 2012 referente à política externa baseia-se na noção de “American exceptionalism”⁴⁰ e de “peace through strength”. Relacionando as políticas desenvolvidas por Obama com as políticas de apaziguamento de Carter, a plataforma republicana advoga uma defesa nacional forte “as the pathway to peace, economic prosperity, and the protection of those yearning to be free” (GOP, 2012, p.39). O objetivo de política externa, assim, é de uma paz duradora baseada em liberdade e em valores democráticos norte-americanos “and the will to promote them” (Ibidem, p.39). Assim, rejeitando a proposta democrata de cortes futuros no orçamento militar, o Partido Republicano afirma a necessidade de forças armadas maiores e mais ativas (Ibidem, p.39).

A plataforma expõe diversos países como potenciais inimigos e cujas ameaças também seriam diversas: Coreia do Norte, por ser um país nuclearmente armado; Irã, por estar em processo de desenvolvimento nuclear; China por conta da sua crescente hegemonia na Ásia; Rússia pelo seu ativismo; Venezuela e Cuba por apoiarem regimes terroristas; além de grupos “terroristas” como o Hamas, Hesbollah e AlQuaeda. A defesa de gastos com as forças armadas e um arsenal efetivo, portanto, não visa um inimigo ou ameaça em especial. Ainda assim “a strong and effective arsenal is still necessary as a deterrent against competitors like Russia or China⁴¹” bem como regimes “instáveis” como Coreia do Norte e Irã (Ibidem, p.42).

O Partido Republicano argumenta que, estando os inimigos tanto dentro como fora do país, é necessário uma força militar que venha a proteger a nação através da busca e captura desses. Da mesma maneira, o presidente deve receber as ferramentas necessárias para lidar com essas ameaças (Ibidem, p.39). Defende-se, para isso, um maior rigor e atenção para “classified information” no sentido de manter a proteção, através de mecanismos de restrição, de determinadas informações e atividades militares (Ibidem, p.42). Além disso, pretende-se conter qualquer adversário que possa atacar os Estados Unidos ou usar “terror” como

⁴⁰ A expressão é usada, inclusive, como título da seção de política externa na plataforma.

⁴¹ De todos os “possíveis inimigos”, a China é o que recebe maior espaço na plataforma. O Partido Republicano argumenta que a ameaça econômica e hegemônica desse país deve ser contida, devendo os Estados Unidos retaliar usando medidas punitivas comerciais enquanto a China não obedecer as leis comerciais (Ibidem, p.6); administração republicana deve ainda agir com firmeza no que diz respeito a manipulação da moeda chinesa; e, por fim, os chineses devem “aprender” que “political and religious freedom leads to national greatness” (Ibidem, p.49).

ferramenta de governo; rejeitar qualquer controle de armas que limite o direito de defesa pessoal; e instaurar um escudo de defesa nuclear para proteção dos Estados Unidos e de seus aliados. Assim, “every potential enemy must have no doubt that our capabilities, our commitment, and our will to defeat them are clear, unwavering, and unequivocal (Ibidem, p.42).

Reconhecendo a herança Judaico-cristã dos Estados Unidos, o Partido Republicano afirma seu “unequivocal support of Israel”. A plataforma enfatiza a proteção desse país como vital para os interesses nacionais norte-americanos, já que a aliança com o Estado Judeu “is based not only on shared interests, but also shared values”. Assim, a plataforma solicita que os Palestinos dêem apoio a “leaders who reject terror, embrace the institutions and ethos of democracy, and respect the rule of law” (Ibidem, p.49).

Com relação ao multilateralismo, a plataforma é enfática ao rejeitar leis externas que sejam diferentes da Constituição. Opõe-se a adoção ou ratificação de tratados internacionais que enfraqueceriam a soberania norte-americana tais como: International Criminal Court, U.N. Convention on Women’s Rights, U.N. Convention on the Rights of the Child, U.N. Convention on the Rights of Persons with Disabilities, U.N. Arms Trade Treaty, Agenda 21, e U.N. Global Tax (Ibidem, p.45). Além disso, o Partido Republicano busca uma “liderança soberana norte-americana” em organizações internacionais como a OTAN e ONU: “While acting through them, our country must always reserve the right to go its own way. There can be no substitute for principled American leadership” (Ibidem, p.45). Advoga-se, ainda, a reforma da ONU já que essa permite assentos aos “world’s worst tyrants”, trata Israel como um “pariah state” e colabora com o programa de aborto compulsório chinês; não devendo, portanto, receber o apoio completo dos Estados Unidos (Ibidem, p.45).

A ajuda externa deve servir aos interesses norte-americanos e deve ser baseada no modelo de “Millennium Challenge Corporation”⁴². A intervenção humanitária, tal como o “Bush’s Plan for AIDS” na África, deve ser mantida para fortalecer maiores laços e relações comerciais com o continente devendo, os países da região se comprometerem a erradicar “forces of radical Islam” (Ibidem, p.47). Os grupos religiosos devem ter um espaço maior na promoção de desenvolvimento e ajuda externa nessa região, haja vista que foram impedidas de atuar em função de agendas locais “impostas” pelo governo Obama, tais como a legalização do aborto e de casamentos homossexuais. Assim, “we will reverse this tragic

⁴² Esse programa objetiva a competição entre governos que recebem ajuda financeira, recebendo mais ajuda o governo que provar maior “respect for the rule of law, free enterprise, and measurable results” (GOP, 2012, p.47).

course, encourage more involvement by the most effective organizations, and trust developing peoples to build their future from ground up” (Ibidem, p.47).

Por fim, a igreja e a religião é enfatizada na política externa do partido republicano. “Faith-based institutions” teriam uma importante função no serviço militar no sentido de aconselhamento e apoio. O presidente deveria ainda proteger a independência religiosa nas forças armadas, permitindo que Bíblias e outros símbolos religiosos sejam mantidos nos locais militares. Ainda, a ênfase norte-americana na proteção de direitos humanos no setor externo deveria centrar-se na liberdade religiosa; haja vista que em diversos locais “pastors and families are penalized for their religious convictions” (Ibidem, p.45).

4.3 Questões Sociais

A) Plataforma de 1980: Ronald Reagan

Resgatando Nisbet, a plataforma de Reagan enfatiza a necessidade de fortalecimento das instituições comunitárias, em especial da família, como mecanismo de contenção dos poderes federais (GOP, 1980, p.1). As políticas de welfare e de aumento de impostos desempenhadas pelo governo federal enfraquecem instituições locais já que suplanta as práticas de caridade antes desempenhadas por igrejas e organizações sociais (Ibidem, p.3); além de fragmentarem a família – “the foundation of our social order” (Ibidem, p.5) - ao retirarem a responsabilidade dos pais de orientação e de apoio econômico aos seus filhos (Ibidem, p.7). Assim, a plataforma afirma a necessidade de legislação que defenda a família norte-americana tradicional “against the ongoing erosion of its base in our society” (Ibidem, p.8).

Objetivando o fortalecimento da família tradicional e reconhecendo o direito à vida, o Partido Republicano apoia uma emenda constitucional que visa a proteção de crianças ainda não nascidas. Afirma ainda o apoio ao Congresso para a restrição do uso de impostos pagos pelos cidadãos para práticas de aborto por meio de políticas públicas. Referente à Corte Suprema norte-americana, a plataforma “protesta” a intrusão dessa instituição na estrutura familiar “through its denial of parent’s obligation and right to guide their minor children” (Ibidem, p.5) e afirma seu comprometimento na indicação de juízes, em todos os níveis do judiciário, “who respect traditional family values and the sanctity of innocent human life” (Ibidem, p.17).

Referente à imigração, a plataforma reconhece a importância dos imigrantes (hispanicos, em específico) como “pilares” culturais, sociais e econômicos para os Estados Unidos. Assim, para o Partido Republicano, imigrantes que trazem uma contribuição positiva ao país e que estão dispostos a aceitar os valores norte-americanos, devem ser admitidos “to the fullest extent possible” desde que não prejudique os interesses norte-americanos de segurança nacional e bem-estar econômico (Ibidem, p.4). Para os imigrantes já regularizados nos Estados Unidos, a plataforma argumenta a necessidade de programas locais que os ajudaria a atingir a proficiência em inglês “while also maintaining their own language and cultural heritage” (Ibidem, p.4). Por fim, com o objetivo de diminuição dos gastos do governo, a plataforma sugere o fim da ajuda a imigrantes ilegais (Ibidem, p.3).

B) Plataforma de 2012: Mitt Romney

A plataforma de 2012 concede à religião e à moralidade papéis de destaque. Protestando contra as políticas liberais responsáveis por expulsar do setor público os valores religiosos, o Partido Democrata estaria promovendo uma “war on religion”. A “forçada” secularização de instituições religiosas, caracterizada pelo esforço da Administração Obama de obrigar instituições religiosas e indivíduos a transgredir “their deeply held religious, moral, or ethical beliefs regarding health services, traditional marriage or abortion”; seria uma “agressão sem precedentes” (GOP, 2012, p.12). Resgatando as palavras de George Washington no seu discurso de despedida⁴³, o Partido Republicano elenca uma lista de medidas a serem tomadas pela Administração que visam maior ênfase à religião e à moralidade tradicionais norte-americanas, bem como um fortalecimento de instituições religiosas. Dentre as medidas expostas na plataforma, destacam-se: exibição pública dos “Dez Mandamentos”, por exemplo, nas escolas; direito dos estudantes de engajar-se em preces nos eventos de escolas públicas; instalações públicas que acomodem “liberdade” religiosa; direito do cidadão de requerer valores religiosos nas políticas públicas; e o direito de organizações religiosas de participar em programas públicos “without renouncing their beliefs, removing religious symbols, or submitting to government-imposed hiring practices” (Ibidem, p.12).

De fato, durante toda a plataforma, nota-se a ênfase republicana que faz dos “faith based groups” um aliado do governo. Assim, essas instituições seriam responsáveis por auxiliar o governo em políticas públicas desde saúde, educação e aconselhamento familiar; até combate a crimes e drogas. A plataforma ainda condena “State blacklisting” de grupos

⁴³ “Of all the dispositions and habits which lead to political prosperity, religion and morality are indispensable supports” (WASHINGTON, *apud* GOP, 2012, p.12).

religiosos que negam adoção a casais homossexuais; campanhas baseadas em violência “by proponents of same-sex marriage against advocates of traditional marriage”; e solicita uma investigação federal referente à rejeição de direitos civis a seguidores religiosos (Ibidem, p.12).

A ênfase na religião é também percebida na defesa republicana da família e, em especial, do casamento – definido como um “sacret contract” entre um homem e uma mulher. De fato, a “redefinição” de casamento feita pelo judiciário em diversos estados⁴⁴ é percebida na plataforma como um “assault on the foundations of our society, challenging the institution which, for thousands of years in virtually every civilization, has been entrusted with the rearing of children and the transmission of cultural values” (Ibidem, p.10). Assim, com o intuito de fortalecer a família tradicional norte-americana, o Partido Republicano defende o DOMA (Defense of Marriage Act), proposta que solicita aos estados e governo federal o não reconhecimento de relacionamentos de mesmo sexo reconhecidos em outras jurisdições; e uma emenda constitucional definindo casamento como uma união entre um homem e uma mulher (Ibidem, p.10).

A defesa da família e a ênfase em valores religiosos e morais também são refletidos na rejeição enfática do Partido Republicano a prática de aborto. De fato, essa categoria recebe ampla atenção na plataforma que enfatiza a “sanctity of human life” argumentando que “unborn child has a fundamental individual right to life which cannot be infringed” (Ibidem, p.13-14). Assim, a plataforma de Reagan advoga por uma emenda constitucional baseada em “human life”; defende uma legislação que deixe claro que a proteção do “Fourteenth Amendment’s”⁴⁵ se aplica a crianças não nascidas; rejeita o uso de orçamento público para a prática de aborto e para subsidiar instituições de saúde que o ofereçam; defende a indicação de juízes que respeitem a família tradicional e “the sanctity of innocent human life”; solicita ao Congresso que legalize penalidades civis e criminais às instituições que não dêem o tratamento e o cuidado necessário a uma criança que sobrevive um aborto; e rejeita a matança de embriões, bem como o subsídio federal, para pesquisas em células tronco. O Partido Republicano solicita a proibição, ainda, de “sex-selective abortions”, aborto em crianças não nascidas capazes de sentir dor, e a comercialização de Mifeprex⁴⁶ (Ibidem, p.14).

Com o objetivo de proteger jovens meninas contra “exploração”, o Partido Republicano enfatiza a necessidade moral de auxiliar mulheres com uma gravidez não

⁴⁴ Refere-se ao reconhecimento de casais do mesmo sexo.

⁴⁵ Refere-se à emenda que define a cidadania nacional e proíbe os estados de negar, a qualquer indivíduo, direitos humanos básicos.

⁴⁶ Mifeprex é um remédio aprovado pela FDA que põe fim ao desenvolvimento do feto logo após a concepção.

planejada, ao invés de “penalizá-las”, através de aconselhamentos feitos por grupos religiosos e de políticas que aumentem o número de adoção (Ibidem, p.14). Enfatiza, portanto, a necessidade de concessão dos pais para tratamentos envolvendo gravidez, contraceptivos e aborto. Apoia, ainda, a substituição de programas educacionais para jovens como o “family planning”, com programas educacionais que ensinem abstinência até o casamento “as a responsible and respected standard of behavior”; e opõem-se a aconselhamentos e encaminhamentos por parte da escola a serviços de aborto ou contraceptivos (Ibidem, p.36).

Por fim, relativo à imigração, o Partido Republicano defende uma política de “imigração estratégica”, concedendo mais vistos de trabalho a indivíduos “highly educated” e que possuam determinada formação acadêmica (Ibidem, p.7), com o objetivo de crescimento econômico e aumento de empregos. Aos imigrantes que concluíram universidade nos Estados Unidos (em determinadas áreas), se busca encorajá-los a permanecerem no país: “highly skilled, englishspeaking, and integrated into their communities, they are too valuable a resource to lose” (Ibidem, p.7).

Aos imigrantes ilegais, no entanto, a posição republicana é diferente. Argumentando o alto índice de desemprego e as constantes ameaças advindas por terroristas, gangues criminais, carteis de droga, entre outros; a presença de indivíduos não identificados no país seria responsável pela retenção de empregos, em um momento cujo índice de desemprego é alto, e por graves riscos a segurança e soberania dos Estados Unidos (Ibidem, p.25). Assim, o Partido Republicano se opõe a qualquer forma de anistia a imigrantes ilegais; apoia o uso obrigatório do SAVE⁴⁷ antes da concessão de benefícios pelo governo federal ou estadual; defende regras mais rígidas para a contratação no trabalho através do uso obrigatório do “E-verify program”⁴⁸ por todos os empregadores; apoia políticas que estimulem, voluntariamente, a saída do país de imigrantes ilegais, “while enforcing the law against those who overstay their visas”; defende a conclusão do muro na fronteira com o México; e rejeita ajuda financeira federal para cidades “santuários” ou universidades que abrigam imigrantes ilegais (Ibidem, p.26). E, por fim, a plataforma expõe a necessidade da imposição do Inglês como língua oficial do país, “a unifying force essential for the educational and economic advancement of –not only immigrant communities – but also our nation as a whole” (Ibidem, p.26).

⁴⁷ Systematic Alien Verification for Entitlements.

⁴⁸ E-verify refere-se a um sistema baseado na internet que verifica a identidade e a autorização de trabalho (GOP, 2012, p.26).

4.4 Análise das plataformas em perspectiva comparada

Constituídas em dois momentos bastante distintos, as plataformas republicanas de 1980 e 2012 possuem similaridades. Refletindo, ambas, crises econômicas caracterizadas por alto desemprego, dívida pública e baixo crescimento econômico; elas expõem a noção conservadora de recusa a “big governments”, enfatizando-se, para isso, a diminuição de impostos e reforma nas políticas de welfare. Ainda assim, as plataformas diferem-se no que diz respeito às ênfases e às medidas a serem implementadas pela Administração republicana. A ênfase dada pela plataforma de Reagan na família e nas comunidades para diminuição das tarefas de welfare pelo governo não é repetida, em sua abrangência, na plataforma de Romney. Essa última, diferentemente da primeira, enfatiza a Constituição e a importância do setor privado para manter um governo mínimo. Há diferenças, ainda, na extensão das reformas tributárias e de welfare. Enquanto o Partido Republicano em 1980 pretende limitar algumas funções e atividades de “bem-estar” do governo federal, transferindo-as para os estados; o mesmo partido em 2012 diminuiu consideravelmente o tamanho do governo federal ao transferir mais atividades para os estados (como a Medicaid) e, principalmente, para o setor privado (como a previdência). A mudança é perceptível, ainda, nas inúmeras ponderações sobre os recipientes de benefícios federais, ausentes em 1980.

Referente à política externa, em ambos os casos as políticas da administração democrata (Carter em 1980 e Obama em 2012) são rejeitadas e caracterizadas como políticas de apaziguamento, responsáveis pelo enfraquecimento dos Estados Unidos e perda de liderança no setor externo. Ambas buscam uma política externa de “peace through strength” para combater aos inimigos e são similares, também, no que diz respeito à proteção de Israel e à percepção pragmática de multilateralismo. Algumas diferenças, no entanto, são marcantes. O apoio a Israel, por exemplo, pragmático em 1980, se mostra mais ideológico em 2012 ao sustentar um apoio “incondicional” a esse país por conta de valores comuns. Da mesma forma a percepção das organizações multilaterais, em 1980 definidas como importante mecanismo de exportação e proteção dos interesses norte-americanos; já em 2012 seriam responsáveis por uma limitação soberana norte-americana. Assim, a intervenção externa em 1980 busca ser pragmática, não impondo um tipo específico de regime sendo, preferencialmente, aceita em meio a uma estrutura multilateral; situação diferente em 2012 quando se defende a unilateralidade e a imposição de determinadas políticas e regimes similares aos norte-americanos. A prudência e o pragmatismo são mais visíveis, também, na plataforma de Reagan no que diz respeito aos gastos militares. Em 1980 o agigantamento do governo, através

dos gastos militares, tinha um objetivo específico: visava derrotar a União Soviética e acabar com a Guerra Fria; em 2012, no entanto, os gastos militares não têm um único objetivo ou inimigo a ser combatido. Sendo vários os inimigos e várias as ameaças, a política de defesa nacional “forte” deveria ser perpétua. Enquanto em 1980 o inimigo caracterizado como “real”; em 2012 ele é “potencial”. Por fim, a religião não é mencionada em 1980, ao menos nessa categoria. Em 2012, no entanto, a religião, a “moralidade” e as “faith-based institutions” tem papel de destaque dentro das forças armadas e no âmbito de ajuda externa.

Por fim, as questões sociais em ambas as plataformas visam o fortalecimento da família e da comunidade. A defesa da família, no entanto, recebe ênfases diferentes. Enquanto em 1980 a ênfase dada aproxima-se daquela defendida por Nisbet como uma instituição comunitária; em 2012 ela é concentrada na defesa do casamento entre um homem e uma mulher, especificamente. A rejeição ao aborto está claramente defendida tanto em 1980 como em 2012. Nesse último ano, porém, ela recebe uma ênfase maior, resultando, inclusive, na defesa de políticas e de medidas abrangentes que não estavam presentes em 1980. As políticas e a ênfase no que diz respeito a imigração são, também, diferentes. Na plataforma de Romney, por exemplo, a defesa da “imigração estratégica” e de políticas amplas e mais assertivas contra imigrantes ilegais, não se encontra presente na plataforma de Reagan. Finalmente, a ênfase dada à religião e aos grupos religiosos no que concerne às questões sociais, são característicos da plataforma de Romney, mas quase-ausentes na de Reagan.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho analisar o conservadorismo norte-americano, tal como refletido pelo Partido Republicano, e sua suposta “radicalização”. Para isso, fez-se, inicialmente, um estudo sobre o movimento conservador nos Estados Unidos e como esse percebe determinadas categorias relativas à economia, política externa e questões sociais. Por fim, com base nessas categorias e no pensamento conservador clássico, fez-se uma análise nas Plataformas Nacionais Republicanas de 1980 e 2012 buscando correlações entre elas. Percebe-se, ao fim desse trabalho, que o Partido Republicano em 2012 parece ser mais conservador nas áreas de política econômica e questões sociais (ainda que nessa última com algumas ressalvas), mas menos conservador na política externa.

Nota-se, na área econômica, que as políticas para diminuição do tamanho do governo são mais abrangentes e profundas em 2012 com relação a 1980. A porcentagem a ser cobrada pelo governo através de impostos diminuiu consideravelmente em 2012, bem como os gastos federais com políticas sociais e de imigração. Há, ainda, uma tentativa maior de fortalecimento do âmbito local (estados, municípios e iniciativa privada), perceptível na ênfase sobre a transferência de determinados programas de welfare do âmbito federal para o local. Por fim, a menção da Constituição como árbitro maior sobre os limites das atuações federais, presente na Plataforma de 2012, não encontra ressonância em 1980.

No que diz respeito às questões sociais, verifica-se, em 2012, uma maior ênfase na moralidade norte-americana tal como entendida pelos conservadores clássicos. A rejeição a práticas de aborto, a busca do fortalecimento da instituição do casamento e a recusa a políticas migratórias que corrompam as tradições norte-americanas são mais visíveis em 2012 recebendo, nessa Plataforma, maior destaque em comparação a 1980. Assim, dá-se maior importância no papel que a família, a comunidade, e as “faith based institutions” desempenham para a contenção de problemas que variam desde gravidez até crime organizado. Nota-se, ainda, uma ênfase maior na religião, não só na busca pelo fortalecimento de instituições religiosas, mas na própria composição da Plataforma. Ao contrário de 1980, a Plataforma de 2012 está repleta de menções a “God”, “faith”, “sanctity” e “divine providence”. Em praticamente todas as áreas, se nota a busca por integrar a religião nas políticas do governo tal como um árbitro natural desse.

No entanto, a ressalva feita e que, de certo modo, restringe a caracterização dessa área como sendo mais conservadora que em 1980, diz respeito ao tamanho do governo. Em praticamente todas as políticas defendidas nessa área (referente a aborto, imigração e família), o governo inevitavelmente se agiganta. Ao definir o que é permitido ou não no âmbito familiar, tal como o casamento entre homossexuais; ou ainda ao impor medidas socioeducativas nas escolas, como a ênfase na abstinência sexual; o governo está excedendo suas funções tal como concebidas pelos conservadores clássicos. Ao que tudo indica, esse aumento de funções governamentais na área social seria possível apenas na medida em que a sociedade carece, efetivamente, de moralidade. O governo, assim, seria o responsável por impedir a queda dessa sociedade norte-americana em um “abismo moral”. O quanto o governo deve intervir e por quanto tempo, no entanto, são noções difíceis de serem precisadas já que o grau da “decadência” da sociedade norte-americana é percebido diferentemente pelos indivíduos, inclusive pelos conservadores. Se entendermos que a sociedade carece de preceitos morais importantes e urgentes, seria o papel do governo fortalece-los através de

determinadas políticas; caso contrário, os conservadores diriam que o simples fortalecimento das instituições comunitárias já seria suficiente para repor a moralidade perdida.

A área de política externa, no entanto, destoa das duas outras áreas supracitadas. Ao contrário da economia e das questões sociais, a política externa conforme explicitada na Plataforma de 2012 não parece conter preceitos e políticas típicas conservadoras. Essa Plataforma não demonstra prudência ou pragmatismo, princípios típicos do conservadorismo, haja vista a menção a apoio irrestrito a Israel, aos vários inimigos “potenciais” a serem combatidos e a preferência por ação unilateral no âmbito externo. Além disso, a Plataforma de 2012 na área de política externa agiganta o governo com a necessidade de força militar forte e perpétua ainda que sem inimigo externo real.

O princípio da pluralidade, defendido pelos conservadores clássicos, bem como a recusa à intervenção externa a não ser em casos de ameaça real aos interesses norte-americanos não são encontrados na Plataforma de 2012. Pelo contrário, o Partido Republicano em 2012 prefere intervir unilateralmente para a imposição de regimes semelhantes aos Estados Unidos; promove a filantropia no caso da África, indo, portanto, contra a Constituição e contra os preceitos defendidos enfaticamente por Goldwater; e demonstra uma postura mais unilateral independente de ameaça a interesses norte-americanos rejeitando, assim, ideologias, regimes ou tratados que diferem dos preceitos norte-americanos (por exemplo, a recusa republicana em apoiar a ONU por completo por conta de tratados e de políticas, como no caso do aborto na China, ainda que esses não ameacem os interesses norte-americanos).

Por fim, a Plataforma de 2012 no que diz respeito à política externa não demonstra ser tipicamente conservadora na medida em que vai contra os princípios de humildade e prudência, tal como defendidos por conservadores clássicos. O tom emitido pela Plataforma pode ser percebido como arrogante na medida em que pretende “ensinar” a China ou ainda na ênfase dada a promoção de “liberdade religiosa”, mas que diz respeito somente a promoção da liberdade Cristã, contrariando o argumento de Kirk que confere a diferentes pessoas a aceitação de diferentes profissões, regimes políticos e religiões.

A impressão que se tem, ao final dessa pesquisa, é de que as três vertentes que fazem parte do Partido Republicano (libertarianismo na economia, direita religiosa nas questões sociais e neoconservadorismo na política externa) conviviam pacificamente na Plataforma de 1980 e nos próprios trabalhos dos conservadores clássicos, já que juntas faziam um sistema de “checks and balances” por conta de princípios conservadores como a prudência, a pluralidade e o pragmatismo. O que se nota recentemente, no entanto, é uma possível especialização de

cada área por conta de grupos cada vez mais internalizados em um setor escolhido. Ou seja, os libertários deixam de ser conservadores no sentido amplo por não aceitarem os preceitos morais da arena religiosa e social (na realidade a única área praticamente desprovida de menções a Deus na Plataforma de 2012 é a economia); os religiosos não aceitam os princípios libertários de governo mínimo; e os neoconservadores ainda rejeitam os princípios conservadores da prudência, pluralidade e pragmatismo. A percepção que fica é de que cada área se especializou em seu próprio setor, perdendo o senso do todo. No entanto, esta constatação fica apenas a título de hipótese, devendo ser explorada futuramente, tendo como base a pesquisa aqui desenvolvida.

REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

ANSELL, Amy (ed). **Unraveling the Right: The new conservatism in American thought and politics**. Boulder: Westview Press. 2001.

BAVA, Silvio. Uma Eleição que Disputa Valores. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Outubro 2012, ano 6, No 63.

BRASILINO, Luis. Novas Expressões do Conservadorismo Brasileiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Outubro 2012, ano 6, No 63.

BRINKLEY, Alan. The Problem of American Conservatism. **The American Historical Review**. Volume 99, Issue 2 (Abril 1994), p. 409-429.

BUCKLEY JR., William F. **Nearer, My God: An Autobiography of Faith**. New York: Doubleday. 1997.

_____. **Let Us Talk of Many Things: The Collected Speeches**. New York: Basic Books. 2000.

_____. **God and Man at Yale**. Washington: Regnery Publishing; Kindle e-book. 2001.

_____. Gay Impasse. **National Review Online**. Outubro 2006(a). Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/219076/gay-impasse/william-f-buckley-jr> (acessado em 20/11/2012).

_____. Illegal Conundrums. **National Review Online**. Abril 2006(b). Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/217302/illegal-conundrums/william-f-buckley-jr> (acessado em 20/11/2012).

_____. Illegals Class Interest. **National Review Online**. Maio 2006(c). Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/217710/illegals-class-interest/william-f-buckley-jr> (acessado em 20/11/2012).

_____. **Cancel Your Own Goddam Subscription: Notes and Asides from National Review**. New York: Basic Books. 2007(a).

_____. Illegalizing Illegals. **National Review Online**. Novembro 2007(b). Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/222721/illegalizing-illegals/william-f-buckley-jr> (acessado em 20/11/2012).

_____. Speak English. **National Review Online**. Setembro 2007(c). Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/222187/speak-english/william-f-buckley-jr> (acessado em 20/11/2012).

COOPER, Michael: Platform's sharp turn to right has Republicans cheering. **The New York Times** – 28/08/2012. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/08/29/us/politics/republican-platform-takes-turn-to-right.html?_r=1&ref=politics (acessado em 30/08/2012).

DUECK, Colin. **Hard Line: The Republican Party and US Foreign Policy since World War II**. New Jersey: Princeton University Press. 2010.

EDWARDS, Lee. **The Origins of Modern American Conservative Movement**. 2003. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/lecture/the-origins-of-the-modern-american-conservative-movement> (acessado em 11/08/2012).

EDWARDS, Mickey. **Reclaiming Conservatism**. Oxford: Oxford University Press. 2008.

GOLDWATER, Barry. **Speech accepting the Republican Presidential Nomination**. San Francisco. 16 de Julho de 1964. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/barrygoldwater1964rnc.htm> (acessado em 12/10/2012).

_____. **The Conscience of a Conservative**. Qualiteri Publishing; Kindle e-book. 2009.

G.O.P. Republican National Platforms. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/platforms.php> (acessado em 21/05/2012).

GOTTFRIED, Paul. **Conservatism in America: Making sense of the American right**. New York: Pallgrave Macmillan. 2007.

HARDISTY, Jean. The Ressurgent Right: Why now?. **The Public Eye**. Fall/Winter 1995. Disponível em: <http://www.publiceye.org/magazine/v09n3-4/whynow.html> (acessado em 10/09/2012).

- KEKES, John. **Facing Evil**. New Jersey: Princeton University Press. 1993.
- _____. **A Case for Conservatism**. London: Cornell University Press. 2001.
- _____. **The Illusions of Egalitarianism**. London: Cornell University Press. 2007.
- KIRK, Russell. **The Conservative Mind: From Burke to Santayana**. Chicago: Henry Regnery Company. 1953.
- _____. Edmund Burke and the Future of American Politics. **The Russell Kirk Center**. 1987. Disponível em: <http://www.kirkcenter.org/index.php/detail/burke-american-politics-1987/> (acessado em 05/12/2012).
- _____. **The American Cause**. Wilmington: ISI Books; Kindle e-book. 2002.
- _____. **The Roots of American Order**. Wilmington: ISI Books; Kindle e-book. 2003.
- MAISEL, L. Sandy. The Platform Writing Process: Candidate-Centered Platforms in 1992. **Political Science Quarterly**. Vol 108, No.4, Winter 1993-1994; p.691-698.
- _____. **American Political Parties and Elections**. Oxford University Press. 2007.
- MARSDEN, George. **Fundamentalism and American Culture**. Oxford: Oxford University Press. 2006.
- NASH, George. **The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945**. Wilmington: ISI Books; Kindle e-book. 2006.
- NISBET, Robert. Still Questing. **The Intercollegiate Review**. Fall 1993.
- _____. **The Present Age: Progress and Anarchy in Modern America**. Indianapolis: Liberty Fund, Inc. 2003.
- _____. **Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom**. Wilmington, Delaware: ISI Books; Kindle e-book. 2010.
- NORRIS, Pippa. **Radical Right: Parties and electoral competition**. Londres: Cambridge University Press. 2005.
- OAKESHOTT, Michael. **The Politics of Faith and the Politics of Scepticism**. Avon: The Bath Press. 1996.
- PEELE, Gillian e ABERBACH, Joel (ed.). **Crisis of conservatism? The Republican Party, the Conservative Movement, and American Politics After Bush**. Oxford: Oxford University Press. 2011.
- PIERSON, Paul e HACKER, Jacob. **Off Center: The Republican Revolution and the Erosion of American Democracy**. New Haven: Yale University Press. 2005.
- ROBIN, Corey. **The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin**. Oxford: Oxford University Press. 2011.

- SCHOENWALD, Jonathan. **A Time for Choosing: The Rise of the Modern American Conservatism.** Oxford: Oxford University Press. 2001.
- SKOCPOL, Theda e WILLIAMSON, Vanessa. **The Tea Party and the Remaking of the Republican Conservatism.** Oxford: Oxford University Press. 2012.
- SOFFER, Reba. **History, Historians and the Conservatism in Britain and America.** Oxford: Oxford University Press. 2009.
- SULLIVAN, Andrew. **The Conservative Soul.** Harper Collins e-books. 2006.
- THOMPSON, Michael. **Confronting the New Conservatism: The rise of the right in America.** New York: New York University Press. 2007.
- WAGNER, Heather Lehr. **The History of the Republican Party.** New York: Chelsea House; Kindle e-book. 2007.
- WEAVER, Richard. **Las Ideas Tienen Consecuencias.** Madrid: Ciudadelalibros; Kindle e-book. 2008.
- WILLIAMS, Daniel. **God's Own Party: The making of the Christian Right.** Oxford: Oxford University Press. 2010.
- WOLFF, Stephan. Analysis of Documents and Records. In. FLICK, Uwe. **A Companion to Qualitative Research.** London: Sage Publications, 2004.